

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

LAIZ DE ALMEIDA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE EM MUSEUS E ESPAÇOS CULTURAIS:
ESTUDO TÉCNICO SOBRE A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA QUE IRÁ ABRIGAR
A FUNDAÇÃO HANSEN BAHIA, NA CIDADE DE CACHOEIRA – BA**

Orientador: Ricardo José Brügger Cardoso

Cachoeira/BA

2010

LAIZ DE ALMEIDA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE EM MUSEUS E ESPAÇOS CULTURAIS:
ESTUDO TÉCNICO SOBRE A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA QUE IRÁ ABRIGAR
A FUNDAÇÃO HANSEN BAHIA, NA CIDADE DE CACHOEIRA – BA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para aprovação no Curso de Graduação em Museologia.

Orientador: Prof^o. Dr. Ricardo José Brügger
Cardoso

Cachoeira/BA

2010

**ACESSIBILIDADE EM MUSEUS E ESPAÇOS CULTURAIS:
ESTUDO TÉCNICO SOBRE A EDIFICAÇÃO HISTÓRICA QUE IRÁ ABRIGAR
A FUNDAÇÃO HANSEN BAHIA, NA CIDADE DE CACHOEIRA – BA**

Laiz de Almeida da Silva

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Ricardo José Brügger Cardoso (orientador)

Professor Adjunto – CAHL/UFRB

Suzane Tavares de Pinho Pepe

Professora Assistente – CAHL/UFRB

Maria da Graça Andrade Dias (convidada)

Professora Assistente – CETEC/UFRB

CONCEITO FINAL: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter-me concedido forças, persistência e muita fé, fazendo-me acreditar naquilo que desejamos e ensinando-me que jamais devemos desistir, antes de tentar.

Um obrigado muito especial aos meus pais, Lêda e Manoel, que sempre me apoiaram em todo o momento, bem como de minhas irmãs Lilia e Elizangela, pois sem a ajuda de meus familiares esta meta não seria alcançada. A tia Catia, em especial, porque me ajudou muito na realização dessa conquista. A minha prima Margarida, que esteve sempre comigo durante o longo percurso até a academia e que, com seu jeito e gentileza, contribuiu de alguma forma nesta jornada. E a estimada Margarete que, mesmo estando longe, não deixou de fazer parte de todo esse processo. Além, evidentemente, dos verdadeiros amigos que Deus enviou para iluminar a minha vida.

Nesse sentido, agradeço as minhas queridas amigas Eva, Lise, Bella e Gabi que vivenciaram comigo toda essa difícil e pioneira trajetória de vida acadêmica na UFRB, amigas que sempre me proporcionaram momentos alegres, únicos e especiais, e que fortaleceram também o sentimento valioso de amizades verdadeiras e sinceras. A amiga Renata, figura importante no início desse estudo, a grande amiga Meire Lívia que contribuiu com uma parte fundamental na elaboração da pesquisa, amigas que sempre me apoiaram nesta jornada, resultando em fortes amizades. Às novas amigas, July e Queilane, que me deram o maior apoio, desde quando as conheci durante o estágio, demonstrando serem pessoas especiais as quais tive o privilégio de conviver.

Agradeço a todo o corpo docente do Curso de Museologia, aos colegas e funcionários do CAHL e, em especial, ao meu orientador Prof. Ricardo Cardoso que sempre me apoiou, me incentivou e acreditou em meu potencial.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa trata do tema da Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais, a partir de uma análise sobre a reforma e adaptação realizada em antiga edificação que irá abrigar a Fundação Hansen Bahia, na cidade de Cachoeira - BA. Um dos objetivos deste estudo é destacar a importância da acessibilidade nos diferentes tipos de equipamentos voltados para atividades artísticas e culturais, sobretudo nos museus, visando o acesso e a inclusão do público em discussão. Portanto, a questão principal é procurar esclarecer se a nova sede da instituição pode ser considerada como um espaço cultural acessível para este visitante especial. Em princípio, pode-se afirmar que o prédio analisado não corresponde plenamente às necessidades deste público específico, previstas em normas e leis vigentes. A metodologia aplicada se constitui em um estudo de caso, por meio de uma avaliação técnica sobre o projeto arquitetônico de reforma e adaptação do antigo prédio, localizado na área central da cidade histórica de Cachoeira, para abrigar obras de arte e oficinas.

Palavras - chave: Acessibilidade; Museus; Espaços Culturais; Fundação Hansen Bahia.

ABSTRACT

This research deals with the subject accessibility in Museums and Cultural Spaces, from an analysis on the reform and adaptation took place in ancient building that will to shelter the Hansen Bahia Foundation, in the Cachoeira city - Bahia. One purpose of this study is to highlight the importance of accessibility in different types of equipment directed towards artistic and cultural activities, especially in museums, aiming at the access and inclusion of the public in quarrel. Therefore, the main question is seeking to clarify if the new headquarters of the Institution may be regarded as a cultural space available for these special visitors. In principle, it can be affirmed the analyzed building does not correspond fully to the necessities of this specific public, foreseen in norms and effective laws. The methodology constitutes a case study through a technical evaluation of the architectural project of reform and adaptation of the old building, located in the central area of the historic Cachoeira city, to house works of art and workshops.

Key - words: Accessibility, Museums, Cultural Spaces, Bahia Hansen Foundation

SUMÁRIO

Introdução	8
1 Acessibilidade: um direito de todos	13
1.1 Desenho Universal	16
1.2 Normas e leis que garantem espaços acessíveis	19
1.2.1 ABNT- Normas Técnicas	23
1.3 Inclusão e Integração social	36
1.4 Conceitos de deficiência	38
1.5 Acessibilidade nos Museus	45
1.5.1 Como receber o portador de necessidade especial ou mobilidade reduzida	52
2 Breve histórico sobre a Instituição	58
2.1 O Artista	59
2.2 A Fundação Hansen Bahia	62
3 Estudo de caso: Fundação Hansen Bahia	62
3.1 Breve histórico da edificação	64
3.2 Programa Monumenta	64
3.3 Análise técnica de acessibilidade	64
3.4 Principais barreiras e obstáculos de acessibilidade	65
3.4.1 Barreiras de locomoção	67
3.4.2 Entrada do edifício	67
3.4.3 Acesso ao prédio: pavimento térreo	68
3.4.4 Acesso ao pavimento superior	70
3.4.5 O conjunto de sanitários	73
3.4.6 Barreiras auditivas	75
3.4.7 Barreiras visuais	75
3.4.8 Outros tipos de barreiras	76
3.4.9 Comunicação e sinalização	76
3.4.10 Iluminação	77
Considerações Finais	79
Glossário	81
Referências Bibliográficas	84
Anexos	87

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia da UFRB visa apresentar uma proposta de estudo sobre o conceito de acessibilidade em museus e equipamentos de cultura, por meio de um estudo de caso específico sobre a Fundação Hansen Bahia, com o intuito de levantar critérios e medidas de acessibilidade para o portador de necessidade especial ou mobilidade reduzida. Nesse estudo, pretende-se dar uma contribuição para a interação e a inclusão de um grupo social menos favorecido, bem como para a democratização e o acesso da instituição cultural aqui abordada.

Por se tratar de uma construção antiga e bastante significativa para a promoção e o desenvolvimento cultural local e da região, a escolha deste prédio se deve também ao fato dele estar localizado no chamado “Quarteirão Leite Alves”, que fica exatamente no centro da cidade de Cachoeira (BA), área recentemente reformada pelo Programa Monumenta¹. Ao lado do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que pertence à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a instituição aqui analisada servirá, em breve, de abrigo para obras artísticas, entre outras funções, com espaço expositivo para parte do acervo do renomado artista Karl Heinz Hansen, reconhecido como Hansen Bahia, que doou a cidade o seu legado com vista à criação de uma Fundação. O presente estudo tem como hipótese a premissa de que o prédio analisado não corresponde plenamente às necessidades deste público específico, previstas em normas e leis vigentes.

Para adotar condições mínimas de acessibilidade em um determinado espaço, primeiramente, faz-se necessário considerar a diversidade existente no contexto social e urbano local, no sentido de se estabelecer certos parâmetros e critérios de análise e, por conseguinte, a elaboração de um diagnóstico preliminar. Para que a Fundação Hansen Bahia possa propiciar a apreciação de suas exposições e ações culturais, de forma adequada e atualizada, deve-se inicialmente

¹ O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, resultante do Contrato de Empréstimo entre o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e a República Federativa do Brasil. Com atuação nas cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e conservação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas do projeto. O Perfil do Projeto de atuação do Monumenta em Cachoeira passou recentemente por uma revisão e, como consequência, decidiu-se ampliar a atuação do Programa na cidade, aumentando a Área do Projeto e acrescentando ou reclassificando monumentos e imóveis de propriedade privada dentre aqueles que poderão receber investimentos. Assim, o Projeto de Recuperação do Imóvel à Rua Manoel Vitorino, nº12, faz parte do novo momento de atuação do Monumenta em Cachoeira, em que as edificações com relevância histórica, social e econômica começam a ser objeto de projetos de restauro, intervenção e adequação a novos usos. (Fonte: Arquivos da Fundação Hansen Bahia)

investigar, planejar e, em seguida, aplicar os conceitos e termos relacionados ao tema da acessibilidade em todo seu espaço físico. Deste modo, o estudo aqui proposto pretende contribuir para a ampliação do raio de ação da Fundação, visando uma abordagem técnica e científica que permita a toda a sociedade, sem distinção, freqüentar plenamente os seus espaços e atividades, com segurança e autonomia.

Constatou-se, no decorrer desta pesquisa, que as pessoas que detêm algum tipo de limitação (seja ela física, auditiva, visual, portadora de necessidade especial ou mobilidade reduzida) enfrentam considerável dificuldade de locomoção, acesso e comunicação, principalmente nos espaços de valores culturais como os museus. Essas instituições culturais precisam assumir a sua responsabilidade social perante a inclusão de todos os possíveis públicos, afirmando-se também como organismos promotores dos diferentes tipos de intercâmbios e, sobretudo, do diálogo social.

Ainda é tênue o reconhecimento do trabalho feito por essas instituições na promoção da inclusão, muitas vezes associado a custos elevados, ligado a reconstrução arquitetônica, formação de equipes especializadas e a disponibilização de materiais adequados, em contraposição com o fraco índice estatístico que este público específico possa representar no percentual anual dos visitantes. No entanto, ao contrário do que muitas vezes se pensa a esse respeito, alguns dados oficiais demonstram que as pessoas com deficiência representam uma percentagem expressiva da população brasileira. Conforme é evidenciado nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², que estima que 14% da população, ou seja, que 24 milhões de brasileiros, aproximadamente, possuam algum tipo de deficiência (CENSO, 2000). Além disso, deve-se levar em conta o próprio envelhecimento da população brasileira, que irá determinar também o aumento significativo deste público especializado.

Portanto, a questão principal desta pesquisa se constitui da seguinte forma: de que modo o prédio que vai abrigar a Fundação Hansen Bahia pode estar inserido em relação à temática da acessibilidade, de modo a contemplar todos os seus visitantes, com destaque para as pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. O presente estudo se justifica, assim, pela importância de se aplicar questões relativas ao tema da acessibilidade nos espaços culturais, sobretudo nos museus, através de um estudo específico sobre a Fundação Hansen Bahia, sob a

² Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 02/10/09.

ótica da implementação de ações e de políticas públicas recentemente criadas, mas ainda não adotadas em sua plenitude.

O objetivo principal aqui é mostrar que esse visitante não seja visto como um cidadão deficiente e diferente dos demais. Uma diferença que deixará de existir e ser notada, se lhes for oferecido à infra-estrutura necessária para a sua total autonomia. Outro objetivo importante, contido neste estudo, é propor algumas considerações sobre a acessibilidade do público em discussão, através da utilização de normas e legislações aplicadas a inacessibilidade do ambiente, que possibilitem ou facilitem o acesso de todas as pessoas.

Cabe ressaltar que a questão da acessibilidade não diz respeito só a barreiras arquitetônicas, correspondem igualmente à comunicação e informação. Para melhor ilustrar essas questões, utilizou-se a norma da ABNT NBR 9050:2004³, que estabelece definições de acessibilidade e desenho universal, caracterizando os diversos tipos de deficiência que devem ser levados em consideração no processo de concepção do espaço arquitetônico. Além disso, a ABNT aponta medidas concernentes ao projeto gráfico e a programação visual dos espaços externos e internos.

Para se conseguir garantir o direito de ir e vir ao lazer e a cultura a todos os cidadãos brasileiros, conforme é consagrado na Declaração dos Direitos Humanos, assinada em 1948⁴, faz-se necessário destacar que o livre acesso de todos a tais atividades é de fundamental importância para se estimular o convívio e a descoberta das diferentes formas de cultura. E a acessibilidade passa a assumir aí um papel primordial, nesse processo, ao incluir e não discriminar determinados setores ou grupos sociais. Logo, nada é mais justo e coerente do que propiciar o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, aos equipamentos culturais, para que possam usufruir o direito à cidadania, ao lazer e à cultura.

Utiliza-se como subsídio legal, o Decreto nº 5.294 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis que dão prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade. Além da Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003, a

³ ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

⁴ Artigo XXVII. 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. (Fonte: Ministério das Relações Exteriores)

qual dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal.

A partir do referencial teórico e normativo utilizado, observou-se que a pessoa com deficiência foi prejudicada por um longo período, em todo o processo civilizatório, pela discriminação de suas características físicas distintas. Entretanto, é possível notar igualmente que esse panorama vem se modificando de forma gradual, sobretudo a partir da década de 1980, com a criação do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1981⁵.

Levando-se em conta que o objeto de estudo, aqui abordado, se constitui de um fenômeno real concreto, busca-se desenvolver uma análise de conteúdos, de dados oficiais e estatísticos, bem como da legislação existente. Para o efeito desta pesquisa integram-se as seguintes tarefas de levantamento: referências bibliográficas, artigos especializados, normas e leis vigentes, mapa urbano, projeto arquitetônico, ou seja, a investigação de todo o material disponível que possa embasar e contemplar o tema em questão.

O primeiro capítulo se configura com uma discussão inicial sobre o entendimento do que é a acessibilidade e de que maneira este conceito se insere no contexto social; a importância de adotar o conceito do Desenho Universal nos espaços a serem projetados; um embasamento sobre as normas e legislações vigentes referentes aos direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a implantação da norma da ABNT NBR 9050:2004; uma reflexão sobre inclusão e integração social para as pessoas com deficiência; uma amostra da evolução sobre o conceito de deficiência; de como está sendo tratada a questão da acessibilidade nos museus brasileiros; e por fim, que medidas têm sido tomadas para recepção desse público. No segundo capítulo, apresenta-se uma sinopse da trajetória de vida do artista, Karl Heinz Hansen, conhecido como Bahia, até a criação da fundação; bem como, um breve histórico sobre a criação da Fundação Hansen Bahia. O terceiro capítulo se constitui através do histórico do prédio, futura sede da fundação, que está atrelado ao Programa Monumenta, o qual financiou a reforma do referido prédio em estudo. Por fim, apresenta-se uma análise das barreiras encontradas, através de um diagnóstico detalhado, e uma proposta de adequação

⁵ O ano de 1981 é promulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

da edificação em relação às possíveis situações pretendidas. Utiliza-se algumas fotografias, as quais foram feitas pela autora durante as atividades, a fim de ilustrar a descrição das mesmas.

1 Acessibilidade: um direito de todos

Acessibilidade é um tema que está em grande discussão na atualidade, na medida em que a sociedade como um todo começa a pensar em prol de uma parcela da população, freqüentemente excluída de serviços que poderiam integrá-los aos diferentes espaços. Logo, é necessário que medidas inclusivas de acessibilidade sejam implantadas nos espaços existentes, bem como nos espaços a serem projetados.

A Declaração dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), assinada em 1948, define que todo cidadão possui direitos e deveres perante a sociedade, da qual é parte integrante e dela participa. Os principais direitos são o acesso a moradia, saúde, educação, trabalho, lazer, artes e cultura. É concedido ainda a cada pessoa o direito de ir e vir. Para que esses direitos sejam exercidos, há a necessidade de que os princípios de independência, autonomia e dignidade, de forma coletiva ou individual, sejam respeitados e contemplados.

Esses princípios devem contemplar a totalidade dos indivíduos que compõem a sociedade, entretanto, há uma parcela da população prejudicada pela exclusão social, causada principalmente pela dificuldade de locomoção. São pessoas portadoras de necessidades especiais – com deficiência física, auditiva, visual e mental. Além desse grupo, há pessoas com mobilidade reduzida – os idosos, gestantes, obesos, pessoas altas, baixas; ou pessoas com deficiência temporária que também são prejudicadas com os problemas da mobilidade.

Segundo estimativas da OMS (Organização Mundial da Saúde), uma parcela de 10% da população de cada país apresenta algum tipo de deficiência. No Brasil, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima que 14% da população, ou seja, que 24,6 milhões de brasileiros aproximadamente possuem algum tipo de deficiência (CENSO, 2000). No entanto, é importante salientar que esses números referem-se somente ao total das deficiências, não considerando as pessoas com restrição de mobilidade.

Em conseqüência desse alto índice de pessoas com deficiência física no Brasil, deve-se pensar nos ambientes que lhes são proporcionados, pois a sua mobilidade já é difícil em decorrência da deformidade congênita ou adquirida e, se a falta de acessibilidade não for revista, tais indivíduos serão cada vez mais excluídos da sociedade por puro preconceito e egoísmo, daqueles tidos como “normais”.

Sendo assim, é necessário distinguir acessibilidade de mobilidade, pois, apesar de terem significados distintos, muitos acabam fazendo interpretações errôneas de ambos os termos.

A mobilidade ocorre quando a pessoa se movimenta, ou seja, anda, move-se de um lugar para o outro. Já a acessibilidade se caracteriza no lugar em que essa pessoa anda ou se move, considerando se existe uma entrada adequada, de fácil acesso ou uma estrutura física feita para receber qualquer tipo de pessoa, seja ela com deficiência ou não. Para Vasconcelos (1996)⁶ a mobilidade é definida como: “*Habilidade de movimentar-se em decorrência de condições físicas e econômicas*”. A acessibilidade deve ser vista mais especificamente para que as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência saibam o que precisam exigir em relação aos lugares que pretendem ir e vir, mas que são impedidas de entrar, ou chegar, por falta do acesso.

Desta forma, a sociedade começa a entender a acessibilidade de acordo com a Lei Federal nº 10.098/00 em seu artigo 2, inciso I como “*possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida*”. Neste contexto, o conceito de acessibilidade não se refere só as pessoas portadoras de deficiência, mas também aos idosos, crianças, gestantes, pessoas temporariamente com mobilidade reduzida, terão seu direito constitucional de ir e vir concedido, garantindo a todos a convivência em um ambiente mais equilibrado.

Em um país em desenvolvimento como o Brasil, em que a desigualdade social, a violência, o desemprego, os sistemas precários de saúde, dentre outros problemas que se apresentam ainda de forma bastante expressiva, falar de um tema como acessibilidade se torna complexo. Na verdade, a sociedade brasileira ainda não se encontra totalmente preparada para lidar com a situação da pessoa portadora de deficiência, por conta da presença de outros problemas não menos graves. E isso se deve também tanto por falta de informação quanto por ignorância da existência de leis, sobretudo, porque a maioria dos espaços públicos foi projetado sem uma preocupação com as medidas que poderiam favorecer a igualdade social e a plena cidadania.

⁶ VASCONCELLOS, 1996 apud BRASIL: Caderno 2, 2006, p.19.

Logo, é possível promover a inclusão social no meio físico construindo rampas de acesso, elevadores mecânicos, suportes, etc. Porém, é preciso destacar que a acessibilidade é mais do que construir rampas – embora rampas sejam sempre fundamentais. Mas isso representa literalmente, apenas o primeiro passo. É preciso levar rampas a escolas, centros culturais, teatros, cinemas, museus, entre outros.

Hoje, se percebe que a questão da acessibilidade vai além das barreiras arquitetônicas, corresponde igualmente à comunicação e informação. Vai além das pessoas com deficiência, pois diz respeito às pessoas que por diversos motivos, seja de forma permanente ou temporária, necessitam de um atendimento específico e diferenciado. Nesse sentido, Sônia Maria Almeida Santos (2009, p.17) salienta:

A questão da acessibilidade não diz respeito só a deficiência. Vive-se num contexto de crescente aumento da esperança média de vida, todos querem viver o maior número de anos possível e os avanços da medicina permitem-no cada vez, mas, no entanto, apenas alguns pensam no futuro a curto prazo. Os problemas de mobilidade, visão e audição são agravados e acentuam-se com a idade. Se não conseguir criar autonomia através de uma arquitetura friendly, quem assumirá esse custo e esse dever? Quem cuidará da população envelhecida? Por outro lado, há ainda de considerar o aumento anual de vítimas de acidente que ficam com suas capacidades diminuídas.

Contudo, a acessibilidade não significa apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação. Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente, da organização físico-espacial, da administração, do atendimento, das atitudes, do comportamento, da mudança e da organização das atividades humanas.

Neste contexto, para que as pessoas possam exercer o direito de locomoção, isto é, de ir e vir e estar, a Constituição Brasileira preconiza a necessidade de mudanças no meio social da população e, principalmente, a extinção dos preconceitos, no sentido de ampliar as oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência ou com redução na mobilidade. O que se evidencia aqui, em relação ao conceito, é que o processo de inclusão implica sempre em mudanças de hábitos, na qual sociedade e direitos humanos devem se complementar.

Portanto, é necessário compreender a diversidade humana, devendo respeitar suas limitações independentes de quais sejam - física, motora, auditiva, visual ou de mobilidade. Para que no futuro se possa reconhecer a acessibilidade

aos espaços físicos, deve-se de imediato implantar um procedimento político-administrativo impedindo o surgimento de novos ambientes inacessíveis e a definição de uma estratégia que promova as adaptações necessárias aos espaços existentes, de forma gradativa.

1.1 Desenho Universal

Um fator que veio contribuir para facilitar o acesso, mais recentemente, é o conceito de Desenho Universal, instituído nos EUA, pelos profissionais de arquitetura, na expectativa de conseguir diminuir a criação de empecilhos na vida das pessoas portadoras de deficiência. O conceito de Desenho Universal está relacionado à concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, na sua máxima abrangência possível. Passando a considerar não só os projetos, mas principalmente a diversidade humana, o emprego deste novo recurso busca respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e garantir a acessibilidade de todos.

A intenção de se criar o desenho de acessibilidade não foi com a finalidade de se remover as barreiras⁷ já existentes, e sim com o objetivo de eliminar barreiras contidas nos projetos que venham a ser planejados sem a devida acessibilidade, tentando com isso buscar a tão sonhada igualdade social preconizada por todos. Trata-se, portanto, de evitar a necessidade de se produzir ambientes ou elementos especiais diferenciados, para, ao invés disto, acomodar pessoas com aspecto físico diferente em um mesmo lugar.

Por meio deste planejamento espacial, as pessoas que vierem a utilizar os ambientes adequados não necessitarão de uma quantidade de energia muito grande para se locomover, não se sentirão esgotadas e, com isto, poderão participar mais ativamente de tudo o que desejarem exercer de forma mais agradável. Desse modo, a o dia a dia das pessoas pode se transformar em momentos cada vez mais simples, através da produção de espaços mais democráticos e sem a necessidade de se fazer adaptações extras ou mais adequadas a objetos e elementos.

⁷ Barreiras: *qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.* (Decreto nº 5.296, capítulo III, inciso II) Ver glossário.

A eliminação dessas barreiras deve ser tratada como prioridade nos diferentes serviços oferecidos pela sociedade, na medida em que se compreende que o ato de planejar, projetar e construir deve levar em consideração as limitações, a capacidade e a necessidade de pessoas que apresentem qualquer tipo de dificuldade física.

No Brasil, desde a comemoração do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981), que algumas leis foram promulgadas com o intuito de garantir o acesso e a utilização dos espaços construídos. Porém, foi só em dezembro de 2004 que se deu ao Desenho Universal a força de lei, com a publicação do Decreto Federal nº 5.296⁸. Este Decreto define em seu artigo 8º, inciso IX, o “Desenho Universal” como:

Concepção de espaço, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Quanto à implantação dessa definição, o artigo 10º determina que:

a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo com referência básica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas.

Portanto, agora não depende da “boa vontade” de profissionais como engenheiros, arquitetos para conceber espaços acessíveis. Trata-se de uma determinação e deve ser cumprida, garantindo, assim, o direito de ir e vir com qualidade de vida a todos os cidadãos, independente de suas características físicas e sensoriais.

Proporcionar a acessibilidade com equiparação de oportunidades, pensando a sociedade como um todo; com igualdade no meio físico, cultural, no ambiente residencial, nos meios de transporte, no trabalho, nos serviços sociais e de saúde; com autonomia e segurança nas atividades desportivas, de lazer e educação. Isso gerará autonomia, liberdade e individualidade às pessoas que necessitam de ajuda de outra para se locomover, visto que não precisarão mais de auxílio de terceiros.

⁸ Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O conceito de Desenho Universal não deve ser utilizado para atender apenas as pessoas que necessitam dele. Deve ser utilizado por todos, mesmo os que não possuem nenhuma deficiência ou limitação em sua mobilidade, não podendo ser direcionada a um único público, mesmo que seja um público de pessoas com deficiência.

Contudo, vale ressaltar aqui que alcançar condições de acessibilidade significa conseguir a equiparação de oportunidades em todas as esferas sociais e humanas. Isso porque essas condições estão relacionadas ao ambiente e não a característica da pessoa. Com isso é de fundamental importância que toda a sociedade passe a adotar ações que favoreçam a acessibilidade a diversos públicos em um mesmo ambiente, evitando assim a fragmentação e a exclusão social ainda muito presentes nos dias de hoje.

Para a implantação do Desenho Universal, como um conceito emergente no desenvolvimento inclusivo, deve-se atender a sete princípios⁹, os quais estão comentados a seguir:

1. **Equiparação nas possibilidades de uso** – pode ser utilizada por pessoas diversas; evita segregar ou estigmatizar alguns usuários; possui um desenho atraente para todos.
2. **Flexibilidade no uso** – acomoda uma gama ampla de preferências individuais e habilidades; facilita a acuidade e a precisão do usuário; adapta-se ao ritmo de qualquer pessoa.
3. **Uso simples e intuitivo** – é de fácil entendimento, independente da experiência do usuário, do seu nível de formação, do seu conhecimento do idioma ou da sua capacidade de concentração.
4. **Informação perceptível** – comunica eficazmente a informação necessária ao usuário, independente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do mesmo.
5. **Tolerância ao erro** – contém elementos que diminuem o perigo de engano.
6. **Mínimo esforço físico** - pode ser usado eficiente e confortavelmente, com o gasto mínimo de energia.

⁹ O Center for Universal Design, sediado na Escola de Design da Universidade de Carolina do Norte, nos Estados Unidos, “desenvolveu os sete princípios para pesquisa técnica e informação referencial, bem como para incorporar o desenho universal nas demais instituições de ensino”. CAMBIAGHI (p.73-74, 2007)

7. Tamanho e espaço para o acesso e o uso – são garantidos, independentemente do porte do usuário, de sua postura (sentado e em pé), ou de sua mobilidade.

O atendimento a estes princípios faz do Desenho Universal um componente imprescindível para as políticas públicas e ações que promovem espaços arquitetônicos mais acessíveis, proporcionando assim o desenvolvimento urbano. Sob este aspecto, Cambiaghi (2007, p.79) salienta ainda que:

Para atingir o objetivo de promover a qualidade de vida de todos os cidadãos, no que diz respeito ao ambiente urbano e as edificações, é preciso que haja uma mudança, no que diz respeito ao ambiente urbano e às edificações, é preciso que haja uma mudança de atitude de todos os agentes sociais envolvidos, a saber: usuário, consumidor, empresa, engenheiros, arquitetos, designers e instituições governamentais.

A autora enfatiza, portanto, a necessidade dos ambientes serem planejados para promover a independência e a autonomia, visando uma boa qualidade de vida para todos os cidadãos. E reflete sobre a importância de se criar espaços acessíveis, onde todas as pessoas se sintam incluídas – independentemente de suas condições ou limitações físicas – de forma que atenda os princípios do Desenho Universal.

Outro aspecto importante que deve ser destacado, em última análise, é o de conhecer as leis, as normas, os decretos, enfim, de se informar sobre todos os documentos que têm sido elaborados em âmbito estadual e, sobretudo municipal. E, com base nesta literatura, buscar meios para promover o direito à cidadania, o direito de ir e vir, permitindo assim que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida reconheçam de fato todos os seus direitos.

1.2 Normas e Leis que garantem espaços acessíveis

Atualmente, o Brasil conta com um conjunto de leis no âmbito federal, estadual e municipal – considerado um dos mais avançados do mundo – que contemplam a acessibilidade de maneira ampla, envolvendo diversos setores, os quais visam o direito a cidadania para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com maior especificidade.

Ao se tratar de acessibilidade como uma política social, de forma eficiente e eficaz, é necessário adotar ações que estabeleçam regras e normas para o uso dos

espaços, com total autonomia por todos. Nesse contexto, as normas técnicas instituem referências mínimas que garantem condições de acessibilidade nos espaços como um todo.

A norma técnica ABNT NBR 9050:2004, intitulada “*Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*”, torna-se uma referência nesse sentido, ao estabelecer definições de acessibilidade e desenho universal e caracterizar os diferentes tipos de deficiência que devem ser levadas em consideração no processo de concepção dos espaços arquitetônicos. Além das normas da ABNT, outras iniciativas foram gradativamente surgindo, através de decretos e leis visando à integração das pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre apoio às Pessoas Portadora de Deficiência, estabeleceu em seu artigo 2º, parágrafo único, que os órgãos e entidade da administração direta ou indireta devem dispensar tratamento prioritário e adequado para viabilizar medidas em diversas áreas, dentre as quais, a adoção e execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas que removam os óbices as pessoas portadoras de deficiência e que permitam o acesso destas a edifícios, logradouros e meios de transporte.

Regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que institui a “*Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência*”, a lei citada acima estabelece, em seu capítulo IV, o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos a comunidade como um dos seus objetivos.

Desde o ano de 2000, que as Leis Federais nº 10.048 e nº 10.098 estabelecem normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, temporária ou definitiva, bem como de normas para o planejamento e a execução de novos equipamentos e mobiliários públicos que permitam o acesso de forma universal. Ambas foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que determinou critérios mais específicos para a implantação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, definindo padrões de acessibilidade universal. Destaca-se neste Decreto o seguinte ponto na Seção III, relativo à Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis. Art. 30:

As soluções destinadas à eliminação, redução ou separação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Instrução Normativa nº 1 citada acima que: “*Dispõe sobre acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias*”. Estabelece diretrizes, critérios e recomendações para promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis por toda sociedade, e em especial, pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No Brasil, desde a década de 1980, já se vem discutindo, ainda que de forma discreta, sobre a importância de se eliminar as barreiras arquitetônicas impostas as pessoas com deficiência. Em compensação, não só a barreira arquitetônica impede a livre circulação pelas pessoas portadoras de necessidade especial ou mobilidade reduzida, como também a legislação criada ao longo desse período que nem sempre é cumprida.

O que acarreta um problema estrutural que Cambiaghi (2007) classifica como uma “questão marginal”, devido a esse problema estar direcionado a um público que já vem sendo excluído da participação social ao longo da civilização e não está acostumado a reivindicar pelos seus direitos. Só a partir da década de 1980, com a mudança de mentalidade que ocorreu na sociedade, que esse cenário começou a ser alterado.

Impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), o seguimento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras nos projetos arquitetônicos (desenho acessível). Pelo desenho adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar aos ambientes obstrutivos. Já pelo desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e demais profissionais da construção civil não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de ambientes e utensílios. Dessa forma, o que esse seguimento de pessoas com deficiência exige, é que as novas

ambientações ao serem planejadas estejam de acordo com o que estabelece o conceito de Desenho Universal, seguindo a norma técnica da ABNT.

As normas e leis específicas que beneficiam as pessoas com algum tipo de deficiência resultam, na prática, a implantação de alguns ajustes arquitetônicos capazes de tornar espaços públicos parcialmente acessíveis por meio de instalação de rampas, elevadores, sanitários. Para isso, é necessário incorporar o conceito de Rota Acessível¹⁰ na produção de espaços acessíveis, na indicação de trajetos de circulação, sejam internos ou externos, e que permitam a todos os indivíduos, inclusive as pessoas com deficiência, transitar com segurança e autonomia, sem serem barrados ou impedidos por obstáculos.

A acessibilidade do espaço deve ser identificada pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida através do Símbolo Internacional de Acesso, conforme estipula a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, Art. 1º:

É obrigatória a colocação, de forma visível, do Símbolo Internacional de Acesso, em todos os locais que possibilitam acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência e em todos os serviços que forem postos a sua disposição ou que possibilitem seu uso.

No entanto, em sua maioria, esses acessos não fazem parte da arquitetura como um todo e determina rotas e ambientes separados. O que acaba gerando conflito com o desenho universal (CAMBIAGHI p.62, 2007). O espaço para sua aplicabilidade deve estar plenamente de acordo com as especificações técnicas necessárias, conforme consta no Art. 2º da referida Lei.

De acordo com o Art.8, inciso I do Decreto 5.296/04 “*pessoas com deficiência devem ter acesso com autonomia e segurança total ou assistida, às edificações públicas*”. Nesse sentido, observa-se que tão importante quanto adequar os espaços públicos para garantir a circulação dessas pessoas, eliminando-se as barreiras existentes, é evitar também que se criem novos obstáculos nesses espaços.

Desta forma, percebe-se que leis, decretos, normas e declarações estão sendo elaboradas com o intuito de promover a acessibilidade nos espaços arquitetônicos para todo e qualquer cidadão, possibilitando a adaptação de equipamentos ou ações que possibilitem a integração social. Baseadas nas regras

¹⁰ Rota acessível: “*Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixa de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. (ABNT NBR 9050:2004).*”

previstas pela norma brasileira (ABNT 9050:2004), tais ações estão fornecendo configurações técnicas e conceituais que, hoje, são necessárias para assegurar de forma plena o cumprimento das soluções de maneira universal.

1.2.1 ABNT – Normas Técnicas

As normas técnicas são documentos que estabelecem padrões reguladores com o objetivo de garantir a qualidade de produtos industriais, a racionalização da produção e de processos, o transporte e o consumo de bens, a segurança das pessoas e o estabelecimento de limites para manutenção da qualidade ambiental. Cabe lembrar aqui que a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) tem como principal atribuição desenvolver ferramentas necessárias para contribuir e consolidar a base do desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover o bem estar dos cidadãos.

Cambiaghi (2007) salienta que uma norma depende de uma legislação adequada para ser reconhecida por uma autoridade competente. Logo, a autora ressalta que uma legislação rígida sobre o assunto por si só não basta, sendo necessário que esteja associada à conscientização técnica para sua aplicação.

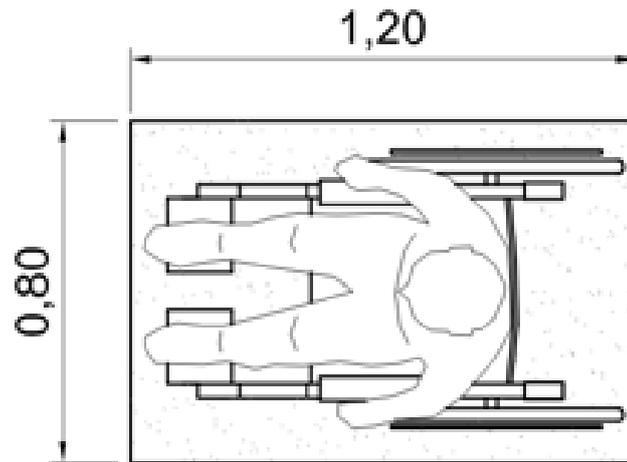
Em 1985, foi criada a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, intitulada “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente” (NBR 9050:1985). Em 1994, essa norma passou por uma primeira revisão e em 2004 pela última, a qual vale até hoje para regulamentar todos os aspectos de acessibilidade no Brasil.

Essa nova versão da norma técnica avançou no que diz respeito a parâmetros antropométricos, considerado como um elemento importante para garantia da acessibilidade nos ambientes construídos. Um estudo antropométrico inicia-se com o conhecimento das proporções humanas, ou seja, conhecer os indivíduos com diversas formas de limitações na mobilidade, sendo importante reconhecer não só seus padrões antropométricos, assim como os espaços de que necessitam para se locomoverem e utilizarem vários elementos. Assim, perceber que, larguras, alturas, extensões e desníveis são dimensões importantes que podem dificultar e até impedir esse deslocamento.

Além dessas dimensões mínimas, a NBR 9050:2004 define os seguintes pontos: o que é área de circulação, onde mostra dimensões referentes ao

deslocamento de pessoas com cadeira de rodas; área de transferência; área de manobra. E apresenta também as medidas necessárias para os alcances: manual, visual e auditivo.

O módulo de referência a ser adotado deve ser de 0,80 m de largura por 1,20 m de comprimento, que compreende a medida da cadeira de rodas, conforme figura.

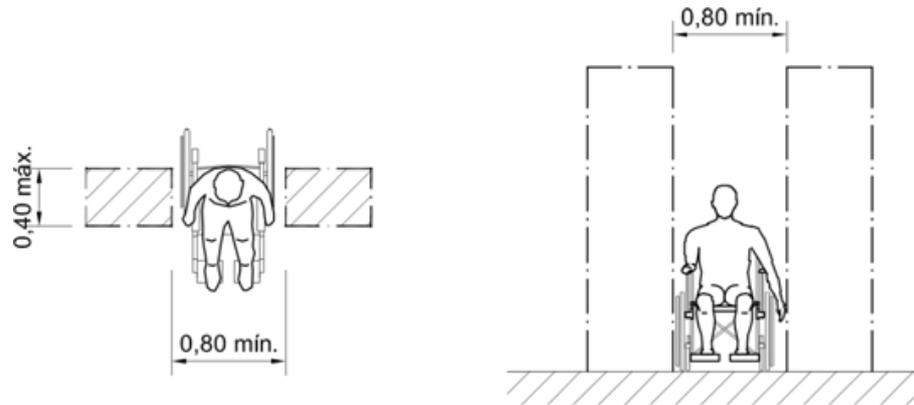


Módulo de referência (M.R.)

Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 4.2.2 p.6

Figura 1 — Dimensões do módulo de referência

Quando se tratar de área de circulação entre obstáculos isolados com tamanhos de no máximo 0,40 m, o espaço de circulação poderá ser de 0,80 m. Em locais de uso público, esses espaços deverão ser de no mínimo 1,20 m. Observe a seguir o espaço mínimo necessário para circulação conforme uso.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 4.3.2.2 p.7

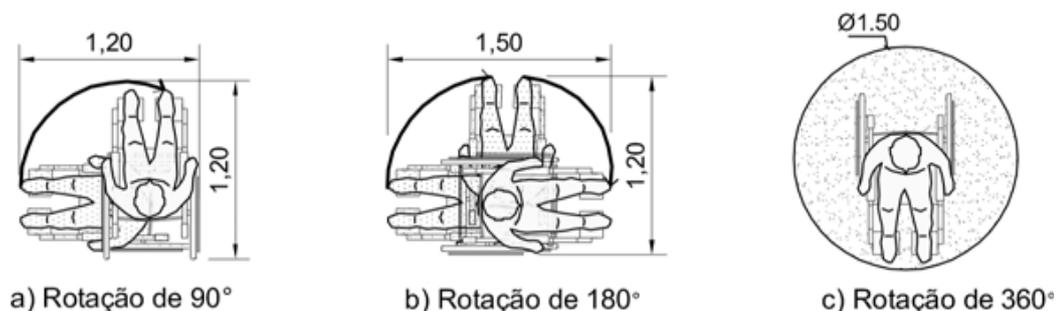
Vista superior

Vista frontal

Figura 2 — Transição de obstáculos isolados

A área de giro é o espaço necessário para que uma pessoa, utilizando cadeira de rodas, possa girar. As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas são as seguintes:

- Para rotação de 90°, um quarto de círculo 1,20m x 1,20 m
- Para rotação de 180°, uma área de 1,50 m x 1,20 m
- Para rotação de 360°, um círculo de 1,50 m diâmetro.

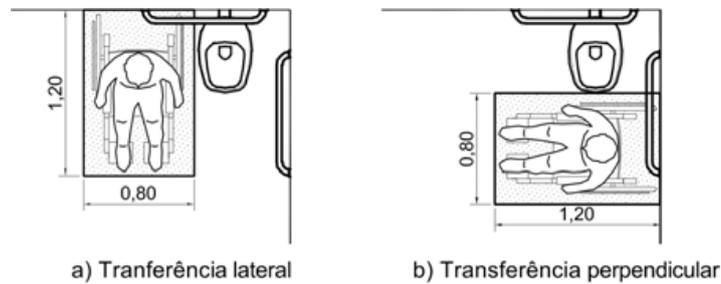


Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 4.3.3 p.8

Figura 3 — Área para manobra

A área de transferência constitui-se na área para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao objeto para qual se transferirá. Sua área de projeção deve ser de 0,80 m por 1,20 m. Espaço previsto sempre que for necessário deixar a cadeira de rodas para ocupar outro local ou o contrário. São

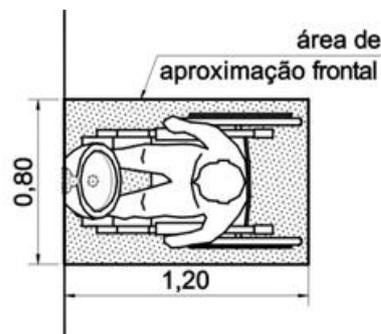
exemplos de situações de transferência: junto a vasos sanitários, camas, vestuários, veículos, etc.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 7.3.1.1 p.66

Figura 4 — Áreas de transferência para bacia sanitária

A área de aproximação consiste em uma área para que a pessoa possa se aproximar, utilizar e manipular com autonomia e segurança mobiliários e equipamentos. Sua medida deve ser de 0,80 m por 1,20 m. São exemplos de mobiliários ou equipamentos: lavatórios, mesa de trabalho, balcão de atendimentos, entre outros.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 7.3.7.1 p.75

Figura 5 — Área de aproximação

Quanto à comunicação e sinalização, a ABNT criou símbolos para sanitários, para circulação (indicando rampas, escada elevadores entre outros), estipulando tamanho de letras e distâncias, bem como contraste de cores. Classifica as formas de comunicação e sinalização (visual, tátil e sonora) e os tipos de sinalização (permanente, direcional, de emergência e temporária).

As áreas de circulação devem estar sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, que serve como sinalização de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços, e dos equipamentos, indicando a existência de elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A representação do Símbolo internacional de Acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul. Estes símbolos podem, opcionalmente, ser representado em preto e branco (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco). Cada figura deve estar sempre voltada para o lado direito, no qual, nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.

Esta sinalização deve ser fixada em local visível ao público, sendo utilizado principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis: entradas; áreas e vagas reservadas de estacionamento de veículos; áreas acessíveis de embarque/desembarque; sanitários; áreas para assistência, áreas de refugio e saída de emergência; áreas reservadas para pessoa com cadeira de rodas; equipamentos exclusivos para pessoas com deficiência. Caso os acessos não atendam as condições estabelecidas pela ABNT NBR 90050:2004, devem possuir informações visuais indicando a localização do acesso mais próximo.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.4 p.18.

Figura 6 — Símbolo internacional de acesso

Existem ainda os símbolos internacionais de pessoas com deficiência visual ou auditiva. O Símbolo Internacional de pessoa com deficiência visual é representado da mesma forma que o símbolo citado anteriormente, apenas sua finalidade sofre alterações, devendo ser utilizado para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.4.2.1, p.19

Figura 7 — Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual

O mesmo acontece com o Símbolo Internacional de pessoa com deficiência auditiva, ele deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoas com deficiência auditiva.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.4.3.1 p.20

Figura 8 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva

Os símbolos internacionais para sanitários acessíveis devem ser utilizados de acordo com cada situação, conforme figuras abaixo.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.4.4.2, p.20

Figura 9 – Sanitário feminino acessível

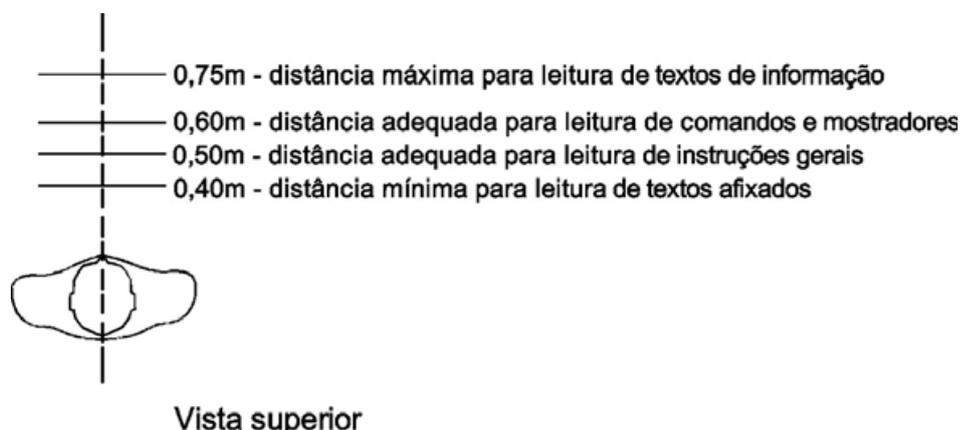


Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.4.4.2, p.20

Figura 10 – Sanitário masculino acessível

No que concerne à sinalização visual, as informações devem seguir premissas de texturas, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para serem visíveis por pessoas de baixa visão. Outro fator importante é a iluminação que vai dar à legibilidade a informação visual, devendo ter contraste entre a sinalização visual, e a superfície sobre a qual ela está afixada. A composição de sinalização visual deve estar seguida de caracteres em relevo ou em Braile posicionadas abaixo da figura.

A sinalização interna dos ambientes deve ser de 15 cm, para dimensão mínima das figuras, considerando a legibilidade a uma distância de 30 m. As distâncias máximas e mínimas adequadas para a leitura dos textos devem estar de acordo como mostra a figura a seguir:



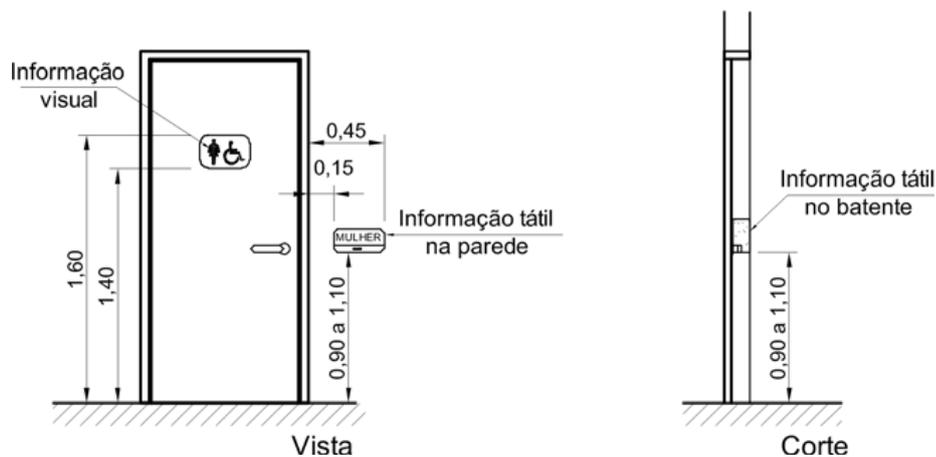
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.5.3.3, p.24

Figura 11 — Distâncias no plano horizontal

A sinalização tátil deve ser seguida de sinalização visual com contraste ou figura e pictogramas em alto-relevo e/ou braile. O alto-relevo é dirigido às pessoas com baixa visão e o braile para pessoas que já são alfabetizadas nessa língua. Assim, torna-se necessária a utilização de ambas, tanto para atender às pessoas que ficaram cegas recentemente, quanto para as pessoas que ainda estão sendo alfabetizadas em braile.

As medidas adequadas para instalação dos símbolos em relevo devem estar entre 1,40 m e 1,60 m do piso. Para colocação adequada da sinalização vertical em Braile ou texto em relevo, é necessário que esteja a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso. Essa sinalização deve estar correspondendo com o piso tátil.

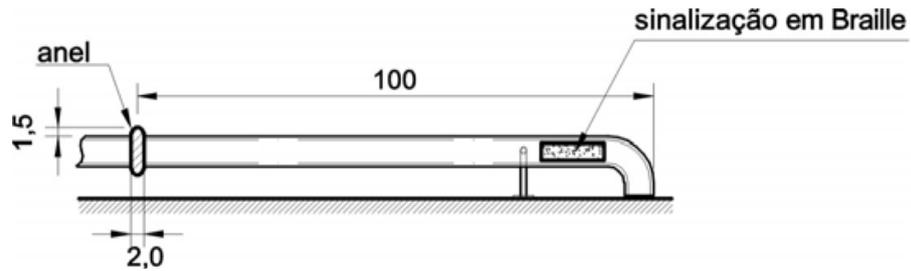
Para sinalização das portas as informações visuais (número da sala, função etc.) devem estar numa área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15 cm e 45 cm. Na parede divisória ou painel essa sinalização (em braile ou texto em relevo) deve ser instalada ao lado em que tiver a maçaneta, a uma altura de 0,90 m e 1,10 m, conforme figura.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.10, p.28

Figura 12 — Sinalização visual e tátil em portas

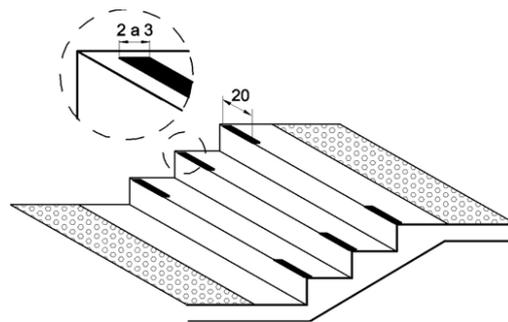
No caso dos corrimãos em escadas e rampas, a sinalização pode ser através de anel com textura contraste com a superfície do corrimão, instalado a 1,00 m antes das extremidades. E a sinalização em Braile, deve ser instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos no início e no final das rampas e escadas fixas, conforme a figura.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.12, p.29

Figura 13 — Sinalização de corrimãos

A utilização de sinalização visual na borda do piso de escadas e degraus deve ser em cor que contraste com a do acabamento, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura. E pode estar restrita a projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20 m de extensão, localizada conforme figura.



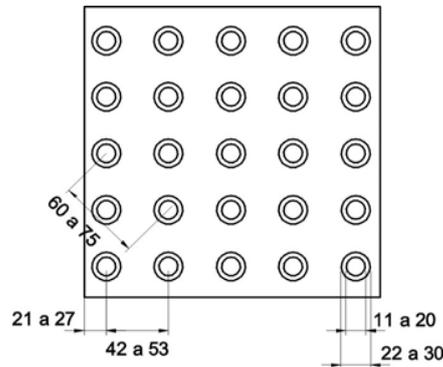
Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.13, p.30

Figura 14 — Sinalização visual no piso dos degraus

A sinalização sonora também precisa estar associada à sinalização visual, a mensagem sonora deve ser antecedida por um ruído característico, bem como alarmes vibratórios, para chamar a atenção das pessoas com deficiência visual e das pessoas com deficiência auditiva. No caso de locais que tiverem posicionado intérprete de Libras, este deve ser indicado com o Símbolo Internacional de pessoa com deficiência auditiva.

No capítulo de acesso e circulação, a ABNT define parâmetros de implantação do piso tátil de alerta e de orientação. Eles devem ser utilizados para indicar alerta, quando se quer chamar a atenção para possíveis obstáculos ou elementos que estão à frente do indivíduo; e do piso de indicação direcional, quando se quer nortear o sentido do percurso seguro que a pessoa deve seguir.

O piso tátil de alerta deve ser utilizado na indicação da existência de elementos à frente, ou em relação a momentos de atenção que as pessoas com deficiência deverão ter. Para a sua instalação devem ser respeitadas as recomendações específicas para cada caso.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.14.1.1, p.31

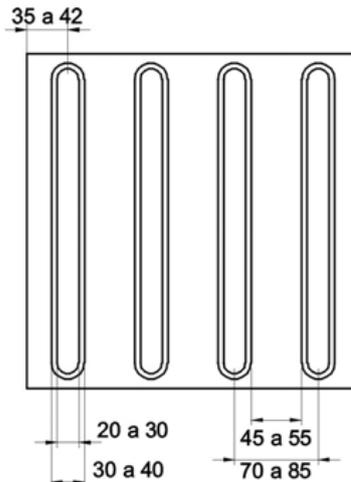
Figura 15 — Sinalização tátil de alerta – Modulação do piso

A sinalização tátil de alerta deve ser em cor contraste com o restante do piso do ambiente e estar instalada para indicar, principalmente.

- o rebaixamento de calçadas;
- obstáculos suspenso por um suporte e projetados sobre o passeio;
- a existência de portas de elevadores;
- desníveis como vãos, plataforma de embarque/desembarque e palcos;
- início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas;

O piso tátil direcional tem a função de orientar a direção segura, para uma pessoa que necessita desse serviço como guia. Este tipo de piso é indicado para áreas onde as guias de balizamento forem interrompidas, ou em espaços mais amplos, para que as pessoas não se percam em seus caminhos escolhidos.

É importante entender que a textura de um piso pode ser considerada como um dos principais elementos de orientação de pessoas com deficiência visual. A cor também é muito utilizada para quem possui baixa visão. Assim sendo, esses dispositivos devem ser projetados de modo que atenda todas essas características.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 5.14.2.2, p.34

Figura 16 — Sinalização tátil direcional — Modulação do piso

Nesse capítulo, deve-se alertar também para a declinação das rampas que deve ser calculada pela fórmula $i = (h \times 100) / c$, onde i é inclinação em porcentagem, h é a altura do desnível e c é a projeção horizontal da rampa. Recomenda-se inclinação longitudinal entre 6,25% e 8,33%, com largura mínima recomendável em rotas acessíveis de 1,50 m. A inclinação transversal não deve ser superior a 2% em rampas internas e 3% em rampas externas.

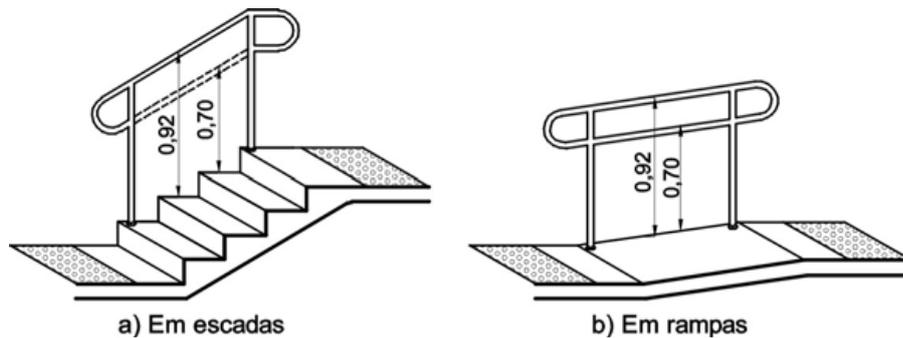
Os corrimãos podem ser projetados dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado. Quando uma rampa não estiver localizada ao lado de paredes ou qualquer outro tipo de construção, deve-se colocar guia de balizamento, ou seja, um rodapé com altura mínima de 0,05 m.

No início e término das rampas deve haver sinalização tátil de alerta para que uma pessoa com deficiência visual saiba que haverá uma alteração de declividade. Já nas escadas fixas, a inclinação transversal não deve exercer 1%, sua largura mínima é de 1,50 m, em rotas acessíveis, conforme ABNT NBR 9077¹¹. Os corrimãos, por sua vez, são elementos imprescindíveis para pessoas com mobilidade reduzida utilizarem com segurança as rampas e escadas, e que servem também de referência direcional para as pessoas com deficiência visual.

Nas rampas, os corrimãos devem ser duplos nas alturas de 0,70 m e 0,92 m do piso. Já nas escadas, eles podem ser únicos com 0,92 m, devem ter seção preferencialmente circular, não apresentar arestas vivas e ser firmemente fixados.

¹¹

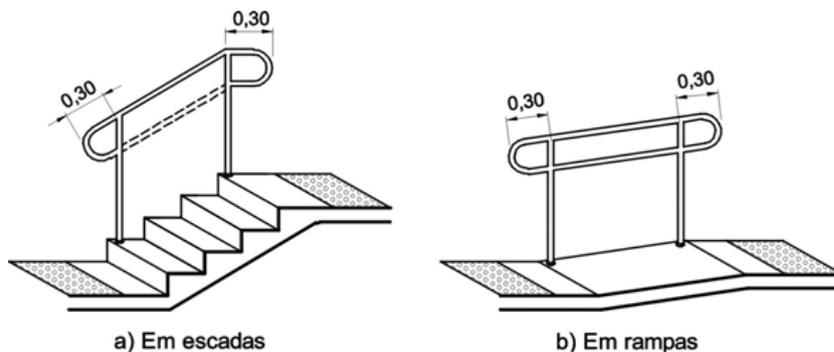
Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Saídas de emergência em edifícios* (Rio de Janeiro, 2001).



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 6.7.1.6, p.47

Figura 17 — Altura dos corrimãos em rampas e escadas

Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados das rampas ou escadas e na parte central quando a largura for superior a 2,40 m; com largura exigida entre 3,0 cm e 4,5 cm; devem estar afastado no mínimo 0,04 m das paredes. Os corrimãos laterais devem ser contínuos e prolongar-se 0,30 m antes do início e após o término das rampas ou escadas, sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão. E devem permitir ainda boa empulhada e bom deslizamento.



Fonte: Norma Técnica ABNT NBR 9050:2004, 6.7.1.4, p.46

Figura 18 — Prolongamento do corrimão

O elevador vertical deve atender integralmente ao disposto na ABNT NBR 13994¹². Os elevadores devem garantir acesso a todos os pavimentos e seguir algumas recomendações, para que possam ser utilizados com segurança e autonomia por todos:

¹² Associação Brasileira de Normas Técnicas, *Elevadores para transporte de pessoas portadoras de deficiência* (Rio de Janeiro: ABNT, 2000)

- A cabine deve possuir dimensões mínimas de 1,10 m x 1,40 m;
- As botoeiras sinalizadas em braile do lado esquerdo do botão correspondente;
- Deve ter registro visual e audível de chamada; o sinal audível deve soar a cada operação individual do botão, mesmo que a chamada já tenha sido registrada;
- Identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, colocada entre 0,90 m e 1,10 m do piso de acabado. A indicação do pavimento deve ser visível a partir do interior da cabine e do acesso externo;
- Espelho fixado na parede oposta á porta;
- Botoeiras localizadas entre altura mínima de 0,89 m e máxima de 1,35 m do piso;
- Barras de apoio colocadas a 0,90 m do piso;
- Portas com vão livre mínimo de 0,80 m.

O Símbolo Internacional de Acesso, só pode ser indicado em elevadores que atendam integralmente as exigências da norma NBR 13999:2000.

A plataforma vertical deve vencer desnível de até 2,00 m em edifícios de uso público ou coletivo e 4,00 m em edifícios particulares. Para desníveis maiores que os especificados a cima, até 9,00 m, em edificações de uso público ou coletivo, a plataforma deve apresentar cabine fechada.

Já as plataformas de percurso inclinado só podem ser usadas em reformas e nos casos em que nenhuma das outras soluções, como elevadores, rampas ou plataforma de percurso vertical sejam possíveis, pois elas não apresentam as mesmas soluções de autonomia que os equipamentos verticais e, quando em uso, obstruem total ou parcialmente a escada em que forem instaladas. Elas seguem as mesmas recomendações que as plataformas verticais. Para evitar acidentes o piso, no trajeto da plataforma, deve apresentar sinalização indicando sua projeção, e deve haver sinalização sonora quando estiver em movimento. Além disso, deve ser possível parar em qualquer ponto do percurso.

Os sanitários acessíveis devem estar localizados em rotas acessíveis, próximos á circulação principal, preferencialmente ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizados.

Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem suportar a resistência a um esforço mínimo de 1,5 KN em qualquer sentido, ter diâmetro entre 3 cm e 4,5 cm, e estar firmemente fixadas em paredes ou divisórias a uma distância mínima destas de 4 cm da face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas ou justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Para instalações da bacia sanitária deve ser prevista igualmente uma área de transferência lateral, perpendicular e diagonal.

1.3 Inclusão e Integração Social

Para entender de que forma a acessibilidade pode ser inserida nos espaços culturais, é imprescindível abordar questões como inclusão e integração social, questões que vão dar corpo e embasamento à investigação. O conceito de inclusão ainda é novo na cultura brasileira. Este termo começa a ser utilizado como qualquer situação nova e envolve praticamente todas as esferas do social, apontando para a necessidade de se repensar e de se alterar hábitos, posturas e atitudes.

Além de recente, este conceito é abrangente, envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, diz respeito a uma mudança de olhar sobre o mundo, sobre as relações, sobre os direitos. Assim, para que a pessoa com deficiência seja incluída nos museus, cinemas, empresas, escolas etc. é preciso que tais edificações sejam acessíveis. Apesar de o Brasil ser considerado um país que apresenta uma das mais avançadas legislação sobre acessibilidade, a Lei não vem sendo cumprida e ainda há diversos obstáculos no processo inclusivista.

Em suma, ao lutar pela acessibilidade, estamos defendendo um Direito Humano, que possibilita a equidade de oportunidades e a condição para que a inclusão social aconteça. Cambiaghi (2007) acredita que sociedade precisa se modificar e a pessoa com deficiência também, para que todos possam conviver em condições de equiparação de oportunidades. Para Romeu Sasaki¹³,

O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições

¹³ Romeu Kazumi Sasaki, graduado em Serviço Social, consultor de reabilitação, trabalhou mais de três décadas nas áreas de reabilitação, integração e inclusão social de pessoas com necessidades especiais. Nos últimos cinco anos, atuou como consultor de inclusão escolar para duas Secretarias de Educação (Goiás e Minas Gerais) e consultor de educação profissional inclusiva para a Secretaria de Educação do Paraná e a Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente da Secretaria Especial da Solidariedade Humana, do Governo de Goiás

na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc. em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc.¹⁴

O autor ainda destaca que este paradigma se fundamentou para aprovação de Leis, assim como, várias declarações e recomendações mundiais, que refletem o nível de atendimento para disponibilização de programas e serviços para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em qualquer área da sociedade.

Devemos ressaltar que Cambiaghi (2007) não fala de integração diferentemente do que imaginamos, na interpretação da autora, inclusão e integração não querem significar a mesma coisa. Integração para ela é a inserção de uma pessoa com deficiência, preparada para conviver em uma sociedade que foi organizada para o convívio das pessoas sem deficiência, ou seja, uma pessoa deverá ser instruída para se adaptar ao movimento da sociedade; enquanto que a inclusão é entendida pela autora como a modificação da sociedade para poder incluir em seus sistemas sociais, pessoas com deficiência.

Contudo, a autora ressalta a importância de diferenciar esses paradigmas que se tornam obrigatórios no desenvolvimento de projetos e *design*, na medida em que, forem atendidas as necessidades específicas de alguns tipos de deficiências, como por exemplo: com a construção de banheiros com dimensões maiores que as dos demais; com a instalação de barra de apoio e transferência, entre outras medidas. Para facilitar a utilização de ambientes e produtos por todas as pessoas, se faz necessário considerar as diferenças entre elas para se projetar espaços cada vez mais adequados.

A inclusão social para Cambiaghi (2007), portanto, é um processo amplo e que diz respeito à mudança de olhar sobre o mundo para a construção de um novo tipo de sociedade. Para tanto, exige-se a realização de profundas transformações nos espaços físicos das cidades e na mentalidade de todas as pessoas, sejam elas jovens, adultas ou idosas, independentemente de sua classe social ou condições físicas.

¹⁴ SASSAKI, Romeu Kazumi. "Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão", em Revista Nacional de Reabilitação, 30/09/2004. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=12916>>. Acessado em: 13/04/10.

Pessoas com dificuldade de locomoção enfrentam barreiras para utilizar transporte urbano e para ter acesso a prédios públicos, deparam com a ausência de rampas, equipamentos adaptados para pessoas com impedimentos auditivos e visuais, falta de conscientização de quem usa o estacionamento destinado aos deficientes, entre outros. É preciso salientar ainda, que a maioria dos benefícios a serem feitos em prol da efetiva inclusão dessas pessoas, com necessidades especiais, exigem um alto investimento governamental. E esta condicionante representa um grave empecilho em um país em desenvolvimento, como o Brasil, que apresenta ainda um quadro de desigualdade social relevante e expressivo.

A inclusão social envolve, como se pode observar, um amplo processo de mudanças para implantação de uma sociedade mais inclusiva, revertendo às propostas convencionais de criar programas especiais para atender de forma segregada determinados grupos com características próprias, sejam elas distintas por crença, raça, cor, postura social ou até mesmo por características físicas. Nesta perspectiva, torna-se preponderante a participação dos gestores públicos na elaboração de políticas que contemplem a diversidade humana.

Para que a inclusão aconteça, de fato e efetivamente, a sociedade deve incorporar os requisitos de acessibilidade, pois o primeiro passo é freqüentar os mesmo espaços, com dignidade e tranqüilidade pela pessoa com deficiência, inserindo-a como parceira na discussão de problemas e soluções. Assim, entendemos que tal forma de pensar possibilitará a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, democrática e cidadã.

1.4 Conceitos de deficiência

O conceito de deficiência passou por grandes transformações, ao longo dos tempos, como resultado da interação entre o homem e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a plena e efetiva participação dos deficientes na sociedade, com igualdade de oportunidade e cidadania. Assim, *“pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”* (Artigo 1º, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). Essas

peças são vistas como indivíduos que têm reduzidas, limitadas, ou anuladas as suas condições de mobilidade.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 9050:2004, deficiência vem a ser:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.

Essas limitações são provenientes das barreiras físicas e atitudinais, existentes no ambiente, que impedem que pessoas com alguma característica física distinta, não tenha direito ao acesso pleno a tais locais. Faz-se necessário promover, proteger e assegurar o desfrute pleno por parte de todos, bem como estimular o respeito pela sua inerente dignidade.

Desde que o homem se conhece como tal, que a deficiência está presente no seu universo social. No entanto, são várias as formas que esta adquiriu ao longo dos tempos, ao serem discutidas pela sociedade através de diversas atitudes e que se transformaram na contemporaneidade.

A questão da deficiência vem sendo discutida pela sociedade através de diversas atitudes, que se modificam a todo o momento. Atitudes essas que foram influenciadas por fatores econômicos, científicos, sociais e culturais. Tais mudanças constituíram-se em vários paradigmas que permeiam o processo histórico das pessoas especiais, aqui em discussão.

No entanto, não se poderia desenvolver uma investigação nessa área sem se fazer uma breve exposição sobre o percurso que o conceito de “deficiência” teve de enfrentar com a evolução civilizacional. Ao longo da história, a forma como a deficiência foi vista pela sociedade mudou muito: houve momentos de eliminação, de abandono e outros de respeito e quase veneração, pois era considerado um sinal de contato com os deuses. O oposto também foi verdadeiro, povos atribuíam à deficiência física ao plano divino, como um castigo dos deuses. O tempo passou e as concepções foram mudando, a deficiência física passa a ser transformada em doença possível de tratamento, traçando assim as linhas das fronteiras sociais que a relacionavam com a exclusão.

Considerando o processo histórico vivenciado pelas pessoas com deficiência, percebe-se que estes foram sujeitos às várias experiências adotadas como modelo

pela sociedade. Experiências que criaram um estereótipo do deficiente, como uma pessoa incapaz. Essa visão começou a se transformar quando a ONU, decreta o ano de 1981¹⁵, como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, data considerada como um marco significativo para essas pessoas. Trazia o lema “Participação Plena e Igualdade”, ou seja, reivindicava a participação das pessoas com a deficiência em todas as áreas da sociedade, com igualdade em dignidades e em direitos.

Ora, parece que uma luz se ascendeu, a sociedade se deu conta de que havia pessoas com deficiência e que eram muitas. Desde então, a visibilidade recém adquirida estimulou a mudança de atitudes relacionadas às pessoas com deficiência, organizações foram criadas e várias reivindicações foram arduamente conquistadas mais recentemente.

No bojo dessas mudanças, que se processa de forma gradual e que até hoje esta acontecendo, dois modelos opostos foram identificados na abordagem da questão da deficiência, os quais são paradigmas e trazem a forma como os deficientes foram e são abordados e vistos perante a sociedade. Com isso, alguns resquícios de exclusão podem ser observados, no que se referem ao fato de colocá-los à margem da sociedade e de inclusão, quando são vistos como parte integrante dessa sociedade.

Houve um período da história em que a deficiência era vista como um problema do indivíduo já que é na sua deficiência (física, mental ou sensorial) e em sua falta de habilidade que reside a origem de suas dificuldades. Portanto, era a pessoa que deveria se ajustar e se adaptar à sociedade como ela era. Tais características, ou seja, essa forma de compreender a deficiência e de interagir com a pessoa recebe o nome de “modelo médico”. Esse modelo, de acordo com Santos e Souza (2005, p.30):

Atualmente é considerado ultrapassado, identifica-se uma deficiência como uma doença ou condição que afeta um indivíduo, que fica sendo então o depositário de todo o ônus de lidar com as conseqüências. Neste modelo, coloca-se a culpa ou a responsabilidade na pessoa, deixando que ela própria busque a solução.

¹⁵ Com o lema “Participação Plena e Igualdade”, o ano de 1981, proclamado pela ONU, como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), tornou-se um verdadeiro marco no movimento social das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos.

Esse modelo dificulta a aceitação da deficiência e, portanto, é concebível que a sociedade mantivesse barreiras físicas e atitudinais que, muitas vezes, impossibilitaram as pessoas com deficiência de usufruir seus direitos básicos. Nesse sentido, o deficiente era visto como um “paciente”, que deveria se submeter passivamente as orientações da equipe médica, assim como da família. Ser paciente significa, neste caso, não ter voz e nem querer, por não ter o saber médico.

O tempo passa, o mundo dá voltas e as formas de compreender os fenômenos sociais também mudam. Gradualmente foi se desenvolvendo o “modelo social”, como uma resposta ao modelo anterior o “modelo médico”. Ele transfere o foco da responsabilidade para as adaptações que devemos fazer na sociedade, reconhecendo que as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são o preconceito, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, porque estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do “homem perfeito”. Um exemplo a ser citado é que, pelo modelo médico uma pessoa é incapaz de subir as escadas porque tem uma deficiência e é obrigada a usar cadeiras de rodas; pelo modelo social, o lance de escadas é que seria considerado um obstáculo que impede a entrada do usuário de cadeiras de rodas no edifício.

Embora os problemas apontados por esse modelo sejam verdadeiros e infelizmente ainda existam até hoje (discriminação, preconceito e obstáculo), eles não são os únicos que devam ser levados em conta, para assegurar a acessibilidade ao meio físico e também à inclusão. Como se pode observar acima, para que exista acessibilidade não basta construir rampas. Nesse sentido, Santos e Souza (2005, p.30-31) afirma que:

Esse paradigma é mais recente, identificam-se os obstáculos existentes na sociedade como os gestores das deficiências dos indivíduos. Esses obstáculos podem ser físicos, organizacionais e de postura. A responsabilidade por remover os obstáculos passa então a ser compartilhada por todos os envolvidos em cada situação ou interação social..

Nesse entendimento, a sociedade deve adaptar-se para atender as necessidades de todos seus membros. Esse paradigma é denominado de modelo social de deficiência supera o modelo centrado na pessoa, estabelecendo um processo bilateral, no qual sujeito e sociedade são responsáveis pela efetivação do processo inclusivo nos diversos setores sociais, portanto, extensivo também ao ambiente educacional.

Seu enfoque é diferente do modelo médico. Desse ponto de vista, a deficiência não é tratada como incapacidade ou falta de habilidade, nem é o objeto final que se deseja conquistar. O foco dos programas e ações desenvolvidas no âmbito desse paradigma está na situação de dependência do sujeito frente os demais. O problema está no entorno e é nele que acontece o processo de reabilitação. É no social que, muitas vezes, se produz ou se desenvolve a situação de dependência da pessoa com deficiência frente às demais.

No Brasil, assim como em outros países, vive-se um momento de conscientização e de sensibilização da sociedade frente à deficiência: as escolas abrem suas portas, cultivando a convivência e o respeito à diferença desde cedo, estabelecimentos comerciais percebem que eles são consumidores em potencial, portanto, devem ser tratados como tal. Profissionais e administradores que atuam em teatros, cinemas e espaços culturais começam a perceber que há públicos a serem conquistados.

Logo, um dos fatores facilitadores dessa mudança é a informação. Ela tem se revelado uma das ferramentas mais eficazes neste processo rumo à acessibilidade, combatendo preconceito e neutralizando estigmas. Dada a importância, é preciso a partir de agora facilitar o acesso das pessoas à informação, e investir na sua capacitação para que saibam onde buscá-las para serem cidadãos atuantes e conscientes.

Frente a tais mudanças, tendo a informação como principal ferramenta para a inclusão desse público ao convívio social, se faz necessário conhecer quem são as pessoas portadoras de deficiência. No Brasil, pode-se destacar as Leis Federais de nº 10.048/00 e a de nº 10.098/00, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 5.296/04 que dispõem de conceitos relativos a deficiência. Por este Decreto, considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias que podem ser conferidas na tabela 01 abaixo:

Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros com
--------------------	--

	deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
Deficiência auditiva	Perda Bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no menor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de qualquer das condições anteriores.
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1 comunicação; 2 cuidado pessoal; 3 habilidades sociais; 4 utilização dos recursos da comunidade; 5 saúde e segurança; 6 habilidades acadêmicas; 7 lazer; e 8 trabalho.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.

Tabela 01- definições de deficiência conforme Decreto Federal nº 5.296/04, art.5º, Inciso I.

Nota-se que cada deficiência pode gerar alguns tipos de incapacidades que resultam desvantagens em determinadas situações. Essas desvantagens acabam que deflagrando situações que não acontece equiparação de oportunidades entre todos os indivíduos que ocupam o mesmo espaço. Logo, é de fundamental importância que todos conheçam as definições corretas adotados pela legislação e normas técnicas referente a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, evitando assim a disseminação de informações equivocadas. Na medida em que

são ferramentas fundamentais para serem utilizadas no processo de inclusão econômica social desses cidadãos.

Além dessas pessoas que possuem alguma necessidade especial, há também um grande grupo de indivíduos que passam por dificuldades na questão da mobilidade, pelo simples fato do espaço de uso comum não ter sido executado corretamente. Essas limitações na mobilidade são decorrentes de alguma alteração em sua estrutura física, sensorial, orgânica ou mental tanto de caráter definitivo quanto temporário.

Esses espaços são classificados como inacessíveis e esses indivíduos pessoas com mobilidade reduzida (ou pessoas com restrição na mobilidade). É considerada pessoa com mobilidade reduzida: *“Aquele que, temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoas com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros”*. (ABNT NBR, 9050:2004)

O Decreto Federal nº 5.296/04 trás o conceito de pessoa com mobilidade reduzida como: *“Aquele que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção”* (Decreto Federal nº 5.296/04, Art. 5º, Inciso II)

Em ambos os casos, há uma contraposição no termo deficiência. Sendo que para a ABNT, a deficiência se enquadra no conceito de mobilidade reduzida. Já o Decreto Federal nº 5.226/04, não engloba esse termo em seu conceito. Contudo, o que acaba gerando são definições distintas em relação à mobilidade reduzida, criando situações diferentes a serem percebidas e analisadas.

No entanto, constata-se que a evolução da pessoa com deficiência repercutiu no reconhecimento das suas capacidades e potencialidades e na intensificação das lutas de diversos movimentos sociais organizados, os quais contribuíram para edificação de documentos oficiais que se comprometam com a educação inclusiva. Tanto no seu processo de formação histórica, quanto na sua dinâmica social, a sociedade brasileira apresenta alguns aspectos relacionados ao preconceito e a discriminação da herança cultural, atribuindo as pessoas com deficiência um papel absolutamente dependente e subordinado no processo social.

Contudo, a trajetória percorrida pelas pessoas com deficiência perpassou pelos vários paradigmas, até que se chegasse à conclusão de que a maneira mais adequada é tratá-los como iguais, para que sejam atendidos em suas diferenças. O objetivo é proporcionar ao deficiente poder usufruir dos direitos inerentes a todo cidadão, participando efetivamente de suas comunidades e transformando a exclusão em uma fase superada. Deste modo, o portador de necessidades especiais pode assumir plenamente o seu papel em uma sociedade, quiçá, cada vez mais inclusiva.

1.5 Acessibilidade nos Museus

Para abordar o tema da acessibilidade nos Museus é de suma importância tentar conhecer mais profundamente a diversidade humana, através de uma reflexão que envolve tanto os problemas estruturais concernente ao conceito de acessibilidade, quanto os diferentes papéis assumidos por cada um nesse processo. Hoje, é possível observar alguns grupos de pessoas e algumas instituições que, aos poucos, têm se voltado para a questão da acessibilidade, na busca de meios que permitam transformar determinados locais, em espaços mais acessíveis as pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Parte significativa dos museus, sobretudo os públicos, tomou forma em momentos nos quais o conceito de acessibilidade universal não era, de fato, considerado como um valor fundamental para a sociedade. Em vista disso, a maioria dos espaços expositivos foi consolidada como ambientes de exclusão para pessoas com deficiência. Onde permanece em evidência espaços construídos com vários tipos de barreiras arquitetônicas e urbanísticas que impedem o acesso e o uso de forma autônoma.

Tendo em vista que numerosos obstáculos impedem a plena fruição do patrimônio cultural móvel, seja através de inúmeras barreiras arquitetônicas que surgem ao longo de um percurso expositivo, seja através de deficiência de comunicação diversa. Faz-se necessário adotar medidas que apontem o caminho para a ultrapassagem desses obstáculos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que *“toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural de comunidade, de fruir as artes e de*

participar do processo científico e de seus benefícios” (1948: Artigo XXVII). Já o Comitê Internacional de Museus (ICOM)¹⁶, define museu no artigo 2º de seus estatutos:

O museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunho materiais do povo e seu meio ambiente.

Estas práticas inclusivas, que ainda se encontram em um processo de implementação, paradoxalmente, cumprem verdadeira e tardiamente as razões essenciais para que essas instituições públicas existam: levar o patrimônio histórico e artístico a toda pessoa.

As pessoas portadoras de necessidade especial ou mobilidade reduzida têm um relacionamento peculiar com estas instituições, sobretudo quando se trata de patrimônio artístico. Sem um programa específico de atendimento, onde exista uma proposta de acesso, o museu torna-se um local desinteressante e muitas vezes constrangedor por essa parcela da população. Contudo, no setor cultural ainda não há uma ação política verdadeiramente eficiente que beneficie o público em questão. O documento oficial encontrado, e disponível até o momento, trata-se na verdade de uma instrução normativa redigida pelo IPHAN, em 2003, e já citada no capítulo anterior.

Para a implantação eficaz da acessibilidade universal nos espaços culturais, faz-se necessário algumas intervenções arquitetônicas, sobretudo no que concerne a eliminação das principais barreiras físicas e comunicacionais, adaptando tais espaços para que se tornem plenamente acessíveis. No entanto, para assegurar a inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos museus, não basta apenas realizar uma intervenção nos espaços arquitetônicos. Deve-se atuar na legislação e na integração das políticas públicas, compreendendo as questões que permeiam o setor da cultura.

Para Cambiaghi (2007), algumas iniciativas podem ser tomadas para promover condições de acessibilidade a essa parcela excluída da população. De imediato, uma dessas iniciativas seria a de diagnosticar quais os níveis de acessibilidade que esses espaços culturais possuem. E a partir desse diagnóstico,

¹⁶ Conselho Internacional de Museus, constituído em 1946, como organização não governamental de museus e profissionais de museus com o objetivo de conservar e divulgar o patrimônio mundial para a sociedade. O ICOM mantém relações formais com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e executa parte de seu programa para museus.

procurar estabelecer prioridades de intervenção, assim como metas a serem alcançadas, passando a adotar como rotina e melhoria da acessibilidade.

A acessibilidade nos museus ainda é um tema pouco explorado e difundido. . Apenas algumas instituições mais recentes realizam trabalhos efetivos para tornar um museu, na sua totalidade, acessível a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as ações ainda não são significativas em sua plenitude. Um fator relevante para a implantação de projetos de acessibilidade é a formação de profissionais que tenham em mente a preocupação em tornar os ambientes mais acessíveis.

Assim, as iniciativas que buscam tornar os espaços culturais mais acessíveis a pessoa com algum tipo de deficiência, significa, portanto, tornar a cultura mais acessível a todos. Pensar em melhores soluções para os espaços, através de sinalizações, de informações e de propostas educativas, que atendam aos diferentes grupos de pessoas com algum tipo de limitação física e/ou intelectual, aos idosos, às crianças, às pessoas obesas e às gestantes. Em última análise, é procurar tornar o museu mais acessível a todos, é democratizar a fruição dos bens artísticos e culturais, ali abrigados e preservados.

A acessibilidade nos equipamentos culturais vai além do acesso ao espaço físico. Hoje, necessita-se de instituições preparadas para promover o acesso cultural, intelectual e social. Para tanto, é preciso adaptar os serviços e os diversos grupos de utilizadores, treinando seus funcionários de modo a atender todos os indivíduos, e permitir assim a autonomia dos usuários. Tais objetivos devem ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independente de sua condição física ou comunicacional. No Brasil, de acordo com a bibliografia disponível, ainda são poucos os espaços culturais que dispõem de infra-estrutura arquitetônica (rampas, elevadores, banheiros acessíveis, etc.) e de outros dispositivos, como publicação em braille, áudio-guia, para que o acesso físico seja uma realidade de todos.

Se não é possível negar que alguns grupos sociais têm necessidades específicas, a prática mostra que dentro desse grupo também existem necessidades diferenciadas, como é o caso da pessoa com deficiência visual, auditiva, intelectual, motora, entre outros. Há um desafio para a inclusão dessas pessoas nos Museus, quando se trata de proporcionar o acesso às exposições, programas e atividades, mostrando que a inclusão social que se pretende alcançar deverá passar por uma

ampla mobilização da sociedade brasileira, com respeito à diferença, contemplando o direito de todos e as necessidades de cada um.

Desde a década de 1980, já se observa algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Embora o número de ações ainda seja pequeno e a sua multiplicidade dependa de uma difusão mais abrangente, tais medidas vêm ganhando força e se tornando cada vez mais significativas.

As ações são de vários tipos e devem ser implantadas, em sua maioria, simultaneamente. Nos museus será necessário uma ampla e contínua campanha de esclarecimentos, sendo vários os obstáculos: desde a formação e o treinamento inadequados das equipes de monitoria, até os aspectos arquitetônicos dos espaços; e tudo isso permeado ainda pela precariedade de recursos financeiros. Portanto, para a concretização de propostas inclusivas, a iniciativa e a mobilização de equipes interdisciplinares, realizada de forma unificada, são itens fundamentais.

Da mesma forma, a acessibilidade nessa instituição ligada à cultura e ao conhecimento está inserida dentro de questões sociais que deveriam, em princípio, promover uma maior participação da comunidade. Com o surgimento do movimento da nova museologia, e o conceito de museologia social, passa a existir uma forte inclinação em relação à inclusão maior de indivíduos, antes excluídos, nos museus. O olhar não se fixa mais nas coleções e sim na comunidade, na medida em que se aproxima mais das pessoas excluídas, não só quanto à acessibilidade física, mas também intelectual, conforme afirma Ribeiro (1993, p. 9):

O museu passa a ser um instrumento de interação capaz de mobilizar vontades e esforços para resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. Os espaços e as coleções passam a plano 'secundário' e a 'pessoa', singular e/ou coletiva, assume o papel primordial no processo museológico.

Esse pode ser, portanto, um dos caminhos positivos para adequar mudanças na conduta dos museus já existentes, e na elaboração de novas instituições museais mais abertas a diferentes propostas de ação cultural. Entretanto, para que essas ações sejam alcançadas é necessário adotar medidas de acessibilidade, tanto no âmbito físico quanto comunicacional, criando assim uma democratização da vida cultural.

Independente de serem instituições públicas ou privadas os museus devem se preocupar com sua função social, agindo como transformador da sociedade. No setor cultural, entretanto, observa-se que não existe ainda uma política pública eficaz que beneficie essa parcela da população. Cabendo aos profissionais da área museológica exigir dos construtores que, ao conceber tais espaços, incluam no projeto arquitetônico a acessibilidade prevista em lei, no sentido de beneficiar todos os graus de deficiência. E quanto aos espaços já existentes, deve-se garantir que sejam pensados, em conjunto com os profissionais da área, quais seriam os métodos mais adequados para solucionar os problemas.

Contudo, a acessibilidade na sociedade brasileira ainda se encontra ineficiente, na medida em que não existem políticas públicas eficazes para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência em espaços públicos, voltados para atividades culturais, como no caso dos museus. Para que haja uma sociedade inclusiva, em que as pessoas com deficiência possam ter acesso a esse tipo de espaço, existe ainda muito trabalho a ser feito.

Não obstante a existência de todo tipo de barreiras e a inexistência de políticas específicas, hoje, é possível constatar algumas instituições e determinados grupos que vêm superando as adversidades e acreditando em projetos que promovam a inclusão. Nesse sentido, é de fundamental importância destacar o papel dos meios de difusão em mídias, através de revistas especializadas, redes digitais, boletins e fóruns de pesquisa, que apresentam ao público o que vem sendo desenvolvido, bem como sobre as oportunidades no setor.

Embora o tema da inclusão e da acessibilidade em museus e instituições patrimoniais pareça novo no país, já na década de 1980, o Museu da Indústria Comércio e Tecnologia, sob a direção da museóloga paulista Waldisa Guarnieri¹⁷, concebera a exposição “Percepção e Criação”, que abordava a atuação das pessoas com deficiência na economia brasileira. A exposição foi organizada em conjunto com os próprios deficientes e com as instituições envolvidas com a temática.

Ainda sob este ponto de vista, é válido ressaltar outras atividades que promovem a participação dos diferentes públicos, atendendo as suas necessidades

¹⁷ APUD. SARRAF, Viviane Panelli. **A inclusão dos deficientes visuais nos museus**. Artigo publicado na 2ª Edição da Revista MUSAS do IPHAN-MINC, 2006. Disponível em: <www.rinam.com.br/.../REFERENCIAS_Ainclusaodosdeficientesvisuaisnosmuseus.doc>. Acessado em: 20/04/10.

especiais, sem exceção. Trata-se de instituições culturais que já planejavam os seus espaços mais acessíveis como, por exemplo: a Pinacoteca do Estado de São Paulo, através do *Programa Educativo Públicos Especiais* (PEPE), coordenado por Amanda Pinto da Fonseca Tojal¹⁸, cuja proposta busca atender públicos portadores de necessidades especiais, disponibilizando materiais de apoio sensoriais, maquetes táteis e reproduções em relevo. Essa mesma instituição possui ainda a chamada *Galeria Tátil de Esculturas*, onde 12 esculturas do acervo podem ser tocadas com ajuda de áudio-guias. No âmbito desse mesmo programa educativo, a Pinacoteca oferece também cursos de formação em *Ensino da Arte na Educação Especial e Inclusiva*, em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, com destaque para o curso: *Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva em Museus e Instituições Culturais*.

Já o Museu de Arte Moderna, de São Paulo possui um espaço completamente acessível. Possui indicações em braile e disponibilizam educadores capacitados para receber pessoas com deficiência visual, além de visitas guiadas em LIBRAS¹⁹. Por meio de parcerias com instituições de saúde, educação especial e projetos sociais, o MAM/SP desenvolve o *Programa Igual Diferente*, promovendo cursos regulares e oficinas gratuitas para pessoas com e sem algum tipo de deficiência.

Situado em Barueri, o Museu da Bíblia surge sob a marca do pioneirismo no conceito de arquitetura inclusiva. Assegurando total acessibilidade aos portadores de deficiências, o projeto arquitetônico deste museu aboliu escadas, construiu rampas de acordo com o ambiente, possui objetos que podem ser tocados, é dotado de um programa de visitas especiais, além de oferecer recursos sensoriais e interativos. Os móveis são adequados para usuários de cadeira de rodas e também foram providenciadas legendas em braile e painéis interativos, garantindo assim acessibilidade para todo tipo de público.

O Museu Casa Portinari, por sua vez, que fica localizado em Brodowski, no interior do Estado de São Paulo, iniciou seu trabalho com públicos especiais desde o início dos anos 1980, onde recebiam pacientes do Hospital Psiquiátrico local, as

¹⁸ Amanda Pinto da Fonseca Tojal é museóloga e educadora em museus, doutoranda na Escola de comunicação e Artes da USP e coordenadora do Programa Públicos Especiais da Área de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo desde 2003.

¹⁹ LIBRAS, sigla da Língua Brasileira de Sinais.

APAES²⁰ de toda região, grupos de terceira idade e outras instituições afins. A instituição disponibiliza recursos de acessibilidade, tais como: materiais sensoriais; maquetes táteis com a arquitetura do museu; textos informativos em braile; áudio-guia para cegos; DVD em LIBRAS com apresentação do museu e seu acervo; réplicas táteis de objetos tridimensionais como móveis e ambientes; além de visitas monitoradas.

Preocupado com a questão da acessibilidade, o Instituto Itaú Cultural, situado na cidade de São Paulo, apresenta igualmente facilidades para portadores de deficiência física. O prédio é dotado de uma rampa na entrada principal, pela Avenida Paulista, possui elevadores com acesso a todas as áreas expositivas, e foi dimensionado com espaços e uma entrada lateral para cadeira de rodas. Vale destacar aqui também, o Centro de Memória Dorian Nowill que realiza visitas previamente agendadas, e que oferece os seguintes serviços: recursos de comunicação em braile; peças táteis; caracteres grandes e áudio; sinalização áudio dos módulos de exposição; mobiliário de exposição com *design* universal; visitas inclusivas; orientação de acessibilidade em museus; e um curso de capacitação na área de acessibilidade em instituições culturais.

Destacar essas iniciativas, no sentido de tornar os espaços culturais mais acessíveis, significa, para o efeito deste trabalho, tornar também a cultura acessível a todos, reafirmando a visão de Tojal (2005)²¹ sobre “... a importante função social desses espaços culturais...”. Sob tal perspectiva, essas instituições podem ser vistas como elementos fundamentais para construção das representações e das identidades, tanto das comunidades quanto dos indivíduos que nelas habitam. Considerados como marcos da diversidade cultural, hoje os museus cumprem também a função de promover e refletir, respectivamente, as mudanças e o dinamismo que caracterizam as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o objetivo de buscar meios para melhorar a acessibilidade nesses dispositivos culturais é fundamental para o seu próprio desenvolvimento e sustentabilidade.

Tendo em vista que os museus sempre estiveram ligados a elite e ao tradicionalismo, a questão da acessibilidade, não só em relação as suas estruturas físicas como também comunicacionais, pode se transformar em uma mola mestra

²⁰ APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

²¹ APUD, RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS ARCHIVES AND LIBRARIES. **Acessibilidade – Série Museologia nº 8**. Tradução: Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP\ VITAE, 2005.

para o índice de desenvolvimento humano das cidades, na medida em que: estabelece novos paradigmas de atuação, abre novos desafios; cria oportunidades para novas estratégias de relacionamento; promove a integração do público portador de deficiência; e assume um caráter de espaço de lazer e aprendizagem integral.

Para se obter uma acessibilidade plena nos museus e centros culturais, a inclusão deve fazer parte de sua missão, tanto do lado de quem dirige e trabalha em tais instituições, quanto do lado de quem visita e usufrui de seus espaços. O mais importante aqui nesse estudo é entender que todos os serviços sejam acessíveis a todos. As pessoas com necessidades especiais não devem estar sujeitas a oferta de serviços especiais, mas devem poder optar entre um leque diversificado de possibilidades, podendo explorar esses espaços automaticamente e ter acesso a informação sobre todas as peças expostas. Nesse sentido, Tojal (2005, p.12) salienta ainda que,

os museus a par de possuírem um importante papel na preservação de seu patrimônio, devem disponibilizar o mais amplo acesso aos seus edifícios e acervos, atuando como espaço de fruição, conhecimento, autoconhecimento e afirmação de identidade sociocultural de todos os seus frequentadores.²²

Para se transformarem de fato em espaços promissores de uma inclusão efetiva da sociedade, onde as pessoas com algum tipo de deficiência ou pouca mobilidade possam ter acesso aos bens artísticos e culturais (tais como museus, centros culturais, teatros, entre outros) existe ainda uma longa jornada a ser percorrida, na qual todos devem fazer sua parte, contribuindo assim para o acesso inclusivo de toda população.

1.5.1 Atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida

Para que ocorra a acessibilidade de forma eficaz e adequada nos museus, hoje, não basta apenas adaptar os seus espaços físicos. É de fundamental importância que todos os funcionários das inúmeras instituições museológicas sejam preparados e sensibilizados para a diversidade e a amplitude da sociedade em geral e, sobretudo, para as particularidades da comunidade de pessoas com

²² *Idem*, São Paulo: EDUSP\ VITAE, 2005.

necessidades especiais. Trata-se, portanto, de um longo e imprescindível processo de conscientização.

Os que dirigem, programam, concebem e planejam as exposições, enfim, toda a equipe deve receber informação sobre a maneira de encarar a acessibilidade. E isto significa dizer que as pessoas que desempenham funções junto a esse público devem conhecer bem as condições de acessibilidade do espaço, do equipamento, dos serviços, e de cada nova exposição. Nesse sentido, Santos e Souza (2005, p.38) salienta:

Eliminar os obstáculos aos portadores de deficiência significa muito mais do que fazer alterações em edifícios. É claro acima de tudo uma questão de postura. A acessibilidade precisa se estender aos serviços disponíveis nos edifícios, às informações e comunicações relacionadas aos mesmos e à equipe que presta esses serviços (...).

Essa idéia apresentada por Santos e Souza não deixa dúvidas que para um atendimento adequado a esse visitante, torna-se necessário um tratamento diferenciado que comece na recepção, que se prolongue no decorrer de todo espaço da exposição, passando pelo fácil acesso à informação e à comunicação, tornando assim uma experiência positiva e essencial para este público especial em sua visita ao museu.

De modo que é de grande relevância que essas instituições disponham de uma equipe adequada para dar um bom atendimento a públicos diversificados, respeitando as necessidades individuais de cada um. Nesse sentido, cabe salientar aqui que alguns tipos de comportamentos ou linguagens podem ofendê-los, mesmo sem a intenção de fato, levando-se em consideração que os portadores de necessidades especiais podem estar entre os visitantes, usuários e funcionários.

É possível afirmar que, hoje, ainda existe, por parte de muitas pessoas, certa resistência quando se deparam com uma pessoa portadora de deficiência. E essa resistência ocorre pela preocupação em se tentar acertar na maneira de se colocar junto à pessoa com deficiência, na medida em que as pessoas não são preparadas para lidar com tal situação, tanto pela falta de informação sobre a deficiência em si, quanto pelo respeito as suas próprias limitações de se relacionar com o outro.

Porém, a sociedade hoje apresenta constantes mutações e movimentos internos, que possibilitam a busca do conhecimento e da elaboração interna para resolver questões relacionadas à inclusão. Cabe, assim, procurar por meio de

cursos ou vivências aprender a lidar com circunstâncias desta natureza. Como dito no capítulo anterior, faz-se necessária uma mobilização integral da equipe, um novo posicionamento ao receber esse público. Avaliar não só o que os museus têm a oferecer, mas valorizar a troca, o intercâmbio de aprendizagem que pode ser estabelecido com o visitante em questão.

Essas experiências podem se concretizar, de fato, quando passam a dividir os mesmos locais com todo o público ali presente, inserindo a todos como parte daquele local e, principalmente, respeitando a diferença de cada um. Entender os portadores de necessidades especiais não só como visitantes, mas também como parte da equipe que desempenha funções com todos os públicos. A Pinacoteca de São Paulo, por exemplo, possui monitores com problemas de audição que atendem públicos com essa mesma deficiência.

Diante deste fato, observa-se que essa experiência pode ser um exemplo significativo de como se assegurar a inclusão das pessoas com deficiência, nas diferentes instituições culturais brasileiras. Além disso, tal medida pode garantir se tais iniciativas, em relação à acessibilidade de determinados espaços, estão contemplando as necessidades e os interesses dos diferentes grupos-alvo e se, de fato, estão adequadas às suas capacidades. De modo que as parcerias formais e informais com as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, e/ou de seus representantes, são úteis para identificar as necessidades e ouvir as sugestões, tornando-se essencial a participação de todos na construção dessa nova realidade.

Pessoas portadoras de necessidades especiais não querem ser vistas nem como vítimas, nem como heróis. Elas querem ser ouvidas e assim poder contribuir utilmente para sociedade, exercendo seus direitos plenamente e não de forma parcial. Neste caso, esse grupo especial precisa estar inserido no meio social e ser estimulado a participar das decisões que afetam suas vidas. Instalar uma rampa na porta de um museu para vencer obstáculos não basta, é preciso, antes de tudo, que se respeitem os direitos humanos, promovendo a igualdade de oportunidade.

Torna-se imprescindível, sob este ponto de vista, que os profissionais e estudiosos da área de cultura tenham uma formação também específica, para conseguir efetuar um acompanhamento adequado junto às pessoas com necessidades especiais, assegurando a sua dignidade e o respeito pela diferença. Observa-se, neste caso, a necessidade também do profissional em museologia

passar por um treinamento ou realizar um curso preparatório para lidar com tal situação.

Algumas instituições possuem programas, projetos, ou mesmo *sítes* que disponibilizam cursos preparatórios para o atendimento da pessoa portadora de necessidade especial ou mobilidade reduzida. Instituições que dispõem de uma monitoria adequada a qualquer momento, deixando de utilizar a monitoria pré-agendada. Incorporar a acessibilidade no comportamento de todos os cidadãos significa que possivelmente, dentro em breve, qualquer pessoa poderá visitar as diversas instituições culturais brasileiras, onde será recebida também por qualquer pessoa que ali estiver trabalhando.

De acordo com as categorias de deficiência mencionada no capítulo anterior, cada deficiência possui sua especificidade. Nesse sentido, vale destacar que cabe a cada deficiência um atendimento específico, lembrando ainda que uma pessoa pode ter mais de uma deficiência. Assim sendo, toda pessoa com deficiência deseja basicamente o mesmo: ser tratada com respeito e normalmente. Mas é exatamente esse o fator mais difícil para muitas pessoas.

Na verdade, é muito simples a convivência com as pessoas portadoras de deficiência, basta que a aproximação seja natural e o trato seja de igual para igual. Para uma melhor abordagem é necessário algumas orientações que podem ajudar no atendimento de uma pessoa com determinada deficiência.

A pessoa com deficiência física necessita de um tempo maior para se locomover e realizar suas atividades. Alguns dispositivos de auto-ajuda²³ podem se constituir como parte do seu corpo, encontrando em seus deslocamentos espaciais uma série de obstáculos. Importante ressaltar aqui também o devido respeito que se deve ter com o ritmo de cada pessoa, em virtude das diferenças individuais.

Ao receber uma pessoa com deficiência física em um museu, ao se dirigir a ela diretamente, é preciso se ter clareza, objetividade e gentileza. Só se deve oferecer ajuda em uma situação realmente apropriada ou requisitada, pois é de

²³ Entre eles, existem os dispositivos desenvolvidos para auxiliar na locomoção das pessoas. São eles: andadores; bengalas; muletas-auxiliares ou canadenses. E os dispositivos de auto-ajuda são todos aqueles equipamentos que facilitam ou propiciam a realização de atividades, tais como: cadeira de rodas; órteses - aparelhos colocados em determinados seguimentos corporais, com a finalidade de obter-se função máxima com esforço mínimo, além de posicionamento adequado para prevenir deformidades; próteses - aparelhos que substituem seguimentos corporais. (Fonte: Caderno 1: Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade - Programa Brasil Acessível).

fundamental importância se certificar se a pessoa aceita aquele auxílio, antes de tomar qualquer iniciativa. É preciso estar atento para que não ocorra constrangimento ao visitante, procurando ao máximo minimizar todas as dificuldades e, de forma respeitosa e o mais independente possível, tornar o seu ir e vir seguro. Quando a visita for seguida por um acompanhante não se deve ignorar o portador de deficiência e falar apenas com o acompanhante, visto que a interação e o diálogo são fundamentais para esse tipo de experiência com as diferentes formas da expressão artística.

As pessoas com deficiência auditiva apresentam dificuldades de comunicação por lhes faltarem a compreensão dos sons. Logo, para comunicar-se dependem de gestos, movimentos corporais, expressões faciais e muita tranquilidade. Usuários de aparelhos auditivos, muitas vezes utilizam também leitura de lábios para acompanhar as falas, e com a utilização de aparelhos específicos podem enfrentar alguns obstáculos da comunicação, tais como: o ruído de fundo; a interferência visual; o volume insuficiente; e a pouca clareza no discurso, devendo o monitor, portanto, estar atento a todas essas situações.

O mais importante, neste sentido, é procurar saber primeiro como a pessoa surda prefere se comunicar para evitar constrangimentos. Muitos surdos são capazes de acompanhar a maneira como se fala normalmente, se for pronunciada de forma clara, distinta, e sem se alterar o tom de voz, na medida em que a pessoa surda não reconhece a mudança de tom da voz. Há quem preferira a comunicação por linguagem de sinais e, neste caso, a instituição deve possuir um funcionário que domine essa língua, podendo assim guiar o visitante.

A deficiência visual é dividida em duas categorias: de baixa visão (visão subnormal), quando a pessoa tem acesso à leitura com letras ou símbolos ampliados; e a pessoa cega em que o acesso a leitura é estabelecido pelo sistema em Braille²⁴. Todos os sistemas sensoriais motores são imagens, mas para as pessoas com deficiência visual suas referências são simbólicas e perfectíveis.

²⁴ Utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França, por Louis Braille, um jovem cego. Reconhecendo-se o ano de 1825, como o marco dessa grande conquista para a educação integral dos deficientes visuais na sociedade. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/sbraille.php>>. Acessado em: 06/06/10.

Outros sentidos são desenvolvidos e aguçados pelas pessoas com deficiência visual, pois o corpo em geral procura adaptação. O fato de reconhecer ambientes, cheiros e sons permitem que essas pessoas se situem no espaço, tenham uma participação real no ambiente e se movimentem. Esse movimento pode ocorrer de forma segura e autônoma, com a utilização do piso tátil.

A pessoa com deficiência mental nem sempre apresenta limitações físicas, o que pode facilitar a sua locomoção. Quando estimulados e treinados, podem realizar suas atividades cotidianas normalmente. Seu raciocínio é um pouco mais lento e possui limitações cognitivas, o que pode dificultar a leitura e assimilação dos símbolos. É importante permitir que tais deficientes sejam o agente de suas próprias ações, para que busquem a integração entre si e com o meio social. Torna-se indispensável, neste caso específico, o auxílio de um monitor para que a pessoa possa se sentir segura no início de sua visita, dando-lhe atenção com tratamento natural, e através de uma linguagem bem objetiva para facilitar a sua compreensão.

Nesse sentido, percebe-se que a acessibilidade não é só se pensar em melhores soluções puramente espaciais, mas na necessidade também de se dispor de uma recepção adequada, que atenda aos mais diferentes tipos de públicos. De uma maneira de acolhimento em que todos se tornem parte daquele espaço e que, ao passar por essa experiência, sintam-se como indivíduos participantes e verdadeiramente integrados aquele ambiente.

2 Breve histórico sobre a Instituição

2.1 O artista²⁵

Karl Heinz Hansen nasceu em Hamburgo, Alemanha, em 19 de abril de 1915. Iniciou sua vida como artista plástico aos 30 anos de idade, após a Segunda Guerra Mundial, momento histórico em que era marinheiro das tropas militares liderado por Hitler.

A partir de 1948, Hansen começou a se dedicar autodidaticamente, a xilogravura²⁶, técnica relacionada a fortes expressões da vida. As lutas políticas e a guerra também foram as bases das suas obras, além da cultura e religiosidade.

Ao chegar ao Brasil em 1950, realizou sua primeira exposição. O Museu de Arte Moderna de São Paulo abriu então suas portas para a estréia nacional desse importante artista. Com seu destacado talento, Hansen começou a trabalhar na Editora Melhoramentos na parte da organização, por quatro anos, criando títulos como, “Isto é São Paulo”, “Isto é Rio” e “Isto é Bahia”. Além disso, continuou produzindo literatura infantil sendo a mais importante delas “Primeiro Encontro com a Arte”, a qual se tornou quase um *best seller*. Nesta obra o artista mostrava aos leitores um mundo sem violência, diferente daquele o qual ele tinha vivido. Inicia-se uma nova história de vida do artista, que buscou durante anos paz e tranqüilidade para as suas criações.

Desde então as obras de Hansen sempre tiveram presentes no cenário brasileiro, participou das Bienais de São Paulo, com premiações nos salões de São Paulo e do Rio de Janeiro. Da mesma forma, suas obras participaram da Bienal de Buenos Aires, onde recebeu o Prêmio América. As obras de Hansen também foram exibidas nos países da Europa, América Latina e nos Estados Unidos.

Tornando-se um grande mestre na arte da xilogravura, ficou reconhecido como disseminador dessa arte pelo Brasil. Em 1955, mudou-se para Bahia, onde viveu intensamente. Encantado com a nova terra naturalizou-se brasileiro e passou a usar o codinome Hansen Bahia.

²⁵ Pesquisa feita nos álbuns biográficos organizados pelo artista Hansen Bahia, recortes de jornais e outros documentos do acervo da Fundação Hansen Bahia.

²⁶ Xilogravura é a técnica de gravura na qual se utiliza madeira como matriz e possibilita a reprodução de imagens e textos sobre papel ou outro. Disponível em:<pt.wikipedia.org/wiki/Xilogravura>. Acessado em: 03/06/10.

Mudou-se para o Recôncavo em busca de renovação, tanto para a sua produção artística, quanto para a sua vida cotidiana. Em 1973, compra a Fazenda Santa Bárbara em São Félix, cidade vizinha de Cachoeira, e em 1976, muda-se para a Fazenda, onde viveu com sua esposa Ilse por dois anos, quando veio a falecer, em 1978.

O nome de Hansen Bahia consta em quase todos os dicionários de arte europeus, tais como: a Enciclopédia Delta Larousse; o Dicionário de Artes Plástica do Brasil, de Roberto Pontual; o Bahia de Todos os Santos – Guias de Ruas e Mistérios, de Jorge Amado, dentre outros.

2.2 A Fundação Hansen Bahia

Instituída em 1976, a Fundação Hansen Bahia é responsável pela salvaguarda do legado de Karl Heinz Hansen, cujo acervo foi doado em vida à cidade de Cachoeira. Cinco anos depois da morte do artista, a Fazenda Santa Bárbara, foi doada de “porteira fechada” à Fundação Hansen Bahia, pela sua viúva, Ilse Hansen, através de testamento, em 1983, quando também veio a falecer.

A Fundação Hansen Bahia é uma Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, mantida através de convênios com órgãos oficiais e de iniciativa privada, sediada na Praça Manoel Vitorino, nº 12, na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia. Cachoeira localiza-se no Recôncavo Baiano a uma distância aproximada de 120 km de Salvador, a cidade fica às margens do Rio Paraguaçu, um importante afluente da região e está intimamente ligado à história política e comercial do Recôncavo Baiano.

Hansen idealizou a Fundação com o propósito de divulgar as manifestações artísticas locais, estimular a criação e o fomento, através de novos trabalhos e, especialmente, tentar incentivar a xilogravura na região. Tinha também como metas descobrir talentos, reservar e defender os bens culturais constituídos das tradições históricas, dos costumes e das criações literárias.

O acervo é constituído de 13 mil itens, composto de gravuras, fotografias, álbuns de recortes, livros, documentos, mobiliário e objetos de uso pessoal, além de uma biblioteca com cerca de 1000 livros publicados ou ilustrados por Hansen Bahia que, além de xilógrafo, foi um artista gráfico primoroso.

A Fundação Hansen foi criada aos poucos, de início, veio à doação do acervo pelo artista, em vista desse generoso gesto, a Prefeitura Municipal de Cachoeira, através de seu administrador, Dr. Edson Rubem Ivo de Santana, fez doação à Fundação com a promulgação da Lei Municipal nº 254/76, o imóvel nº12 na Praça Manoel Vitorino. Entretanto, vale lembrar que houve grandes impasses para a criação da Fundação.

Enquanto era providenciado um prédio para instalar, definitivamente, o acervo doado à cidade pelo artista, parte do acervo já estava exposta provisoriamente na sua primeira sede inaugurada em 1978, na casa natal de Anna Nery. Em 1997, a Fundação Hansen Bahia ganha sua segunda sede na Rua 13 de maio, nº 13, com locais para exposições, auditórios e salas de aula. Segundo Raimundo Vidal, coordenador-executivo da Fundação Hansen²⁷:

Essa sede foi cedida em comodato pelo Governo da Bahia permaneceu fechada para reforma por dois anos. Nesse período, apenas algumas poucas obras do artista estavam sendo expostas em um salão cedido temporariamente pela Ordem Terceira do Carmo.

Em 2007, o projeto de Preservação de Obra de Hansen Bahia foi um dos selecionados pelo Programa CAIXA de Adoção de Entidades Culturais²⁸. Foram aplicadas técnicas de restauração e conservação em 64 obras com suporte de madeira, e matrizes de xilogravura que pertencem ao acervo da Fundação.

Em fevereiro de 2008, houve a exposição das obras na CAIXA Cultural em Salvador, e em 2009 essas obras fizeram parte da exposição itinerante nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e São Paulo. Essas mesmas obras irão compor a exposição inaugural da nova sede da Fundação²⁹.

O Museu de São Félix e a Fundação em Cachoeira recebem, anualmente, milhares de visitantes brasileiros e estrangeiros. Ao longo desses 34 anos de existência, a Fundação Hansen Bahia vem assegurando a preservação da obra de Hansen Bahia, um nome internacionalmente conhecido, como um importante legado para o processo de desenvolvimento artístico e cultural da Bahia e do Brasil, de modo a propiciar maior reflexão sobre a obra e a vida do artista e sobre a arte da

²⁷ Entrevista. Disponível em:<<http://www.bahiaemfoco.com/noticia/13655/fundacao-hansen-bahia-casa-nova>>. Acessado em: 18/06/10.

²⁸ O Programa CAIXA de Adoção de Entidades Culturais, da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, seleciona e patrocina a recuperação, ampliação e promoção de importantes acervos nacionais, no intuito de fomentar o desenvolvimento de ações localizadas de recuperação e disponibilização desses tesouros á sociedade.

²⁹ Estava prevista para ser inaugurada em 19 de março de 2010.

xilogravura. Hoje, a Fundação consta com um Museu e um Memorial Póstumo, na Fazenda Santa Bárbara, em São Felix, juntamente com sua “nova” sede. Local onde Hansen havia escolhido para ser, *a priori*, a sua Fundação.

3 Estudo de caso: Fundação Hansen Bahia

Para desenvolver atividades de adequação voltadas à acessibilidade, serão mostrados, por meio do relato de estudo de caso, os requisitos mínimos necessários para adaptação de um imóvel tombado.

O prédio onde vai abrigar a Fundação Hansen Bahia, compõe o acervo arquitetônico da cidade de Cachoeira³⁰, tombada em 1971, considerada monumento nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

3.1 Breve histórico da edificação

O imóvel aqui estudado foi doado a Fundação Hansen Bahia em 1976³¹, e fica localizado no chamado “Quarteirão Leite Alves”, ao lado do Centro de Artes Humanidades e Letras (CHAL), que pertence à Universidade Federal do Recôncavo a Bahia (UFRB), situado exatamente no centro da cidade de Cachoeira-BA, na Rua Manoel Vitorino. Deste antigo prédio, restaram apenas as fachadas, que estão voltadas para o Largo dos Amores bem próximo a ponte de D. Pedro II. A edificação passou, recentemente, por uma reforma arquitetônica e, em breve, será transformada em pólo difusor de arte e cultura da região do Recôncavo Baiano.

Sua construção é caracterizada por uma fachada revestida de argamassa e pelo movimento entre cheios e vazios, onde os enquadramentos de portas e janelas, em verga reta, sobrepõem os trechos de alvenaria, num ritmo que apenas é fragmentado pela presença de quatro vãos de porta, sendo que dois desses vãos são mais largos. Trata-se de uma construção térrea, do que restou de um antigo armazém de secos e molhados, desativado há algumas décadas, com a restauração foi construído mais um pavimento. De acordo com a bibliografia disponível, consta que a sua última ocupação foi a de um depósito de material de construção. A proposta de recuperação e adequação deste imóvel, em especial, pautou-se no respeito à volumetria original de toda a quadra.

³⁰ A cidade de Cachoeira foi tombada e inscrita no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, datado de 21 de novembro de 1971.

³¹ Através da Lei Municipal nº 254, de 14 de abril de 1976, o prefeito de Cachoeira, Sr. Edson Ivo de Santana, doa, por escritura, o imóvel de nº 12, na Praça Manoel Vitorino, do respectivo município a Fundação Hansen Bahia.

O projeto arquitetônico do prédio, assim como de parte desta quadra, elaborado pelo Escritório de Projetos do Programa Monumenta de Cachoeira trata-se, na verdade, de uma adaptação do projeto original desenvolvido anteriormente pela Fundação Nacional Pró-Memória, no final da década de 1980, pelo arquiteto Diógenes de Almeida Rebouças³².

As modificações feitas pelo Escritório de Projetos do Programa Monumenta/Cachoeira (EPRM) foram, na realidade, adequações específicas, relacionadas principalmente à acessibilidade para os portadores de necessidades especiais. Do ponto de vista formal, procurou-se resgatar o desenho original do frontão localizado nas fachadas de todo o edifício, além de uma importante alteração relacionada à localização de pilares e de seus dimensionamentos, retirados do mezanino. De acordo com os profissionais responsáveis pela obra, tais mudanças foram feitas para possibilitar maior conforto, funcionalidade e harmonia estética do edifício em seu conjunto.

Desde as primeiras intervenções planejadas para o imóvel, que se pode observar certa preocupação com a questão da acessibilidade como, por exemplo, com a implantação de um elevador apropriado e uma rampa para o acesso ao pavimento superior. Contudo, por diversas razões, o presente empreendimento não foi executado tal como havia sido previsto no projeto arquitetônico.

Trata-se de um prédio adaptado com a finalidade de se constituir como um Centro Cultural, porém, no momento, o seu espaço está sendo planejado para abrigar principalmente exposições artísticas. No primeiro e segundo piso, o espaço deve receber e abrigar parte da coleção do artista Hansen Bahia. O prédio conta ainda com duas pequenas salas que, no momento, estão servindo como espaços para o trabalho da reserva técnica e que, subseqüentemente, serão transformadas em salas de oficinas.

A data de inauguração desta nova sede estava prevista para o dia 13 de março de 2010, data que coincide com a data de emancipação de Cachoeira, mas foi adiada sem a previsão de uma data definitiva. Devido às fortes chuvas que caíram sobre a cidade, recentemente, as instalações da nova sede foram bastante atingidas pelo aguaceiro. Por conta disto, várias mudanças tiveram que ser feitas

³² Arquiteto, Diógenes de Almeida Rebouças, na época foi contratado como consultor técnico do IPHAN na Bahia, e responsável por elaborar diversos projetos de recuperação, requalificação e ampliação de edifícios tombados, bem como propostas de novas construções em conjuntos históricos.

como a reserva técnica, por exemplo, que mudou de local devido ao alagamento causado pelas chuvas. Além disso, observa-se que outra modificação muito bizarra, por sinal, foi realizada na entrada principal com a construção de duas carreiras de blocos de tijolo, no sentido de se tentar impedir a entrada de águas pluviais vindas da rua para o interior do prédio. Até o momento, portanto, não existe uma previsão certa para a inauguração e o funcionamento deste, quiçá, futuro Centro Cultural.

3.2 Programa Monumenta³³

O Programa Monumenta é um programa de recuperação sustentável³⁴ do patrimônio histórico urbano brasileiro sob a tutela do Governo Federal, resultante do contrato de empréstimo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BID) e a República Federativa do Brasil.

O Perfil do Projeto de atuação do Monumenta em Cachoeira passou recentemente por uma revisão e, como consequência, decidiu-se ampliar a atuação do Programa na cidade, aumentando a área de Projeto e acrescentando ou reclassificando monumentos e imóveis de propriedade privada, dentre aqueles que poderão receber investimentos. Essa revisão do Projeto permitirá uma intervenção de maior porte em Cachoeira, condizente com a sua importância histórica e com os valores arquitetônicos e urbanísticos de seu acervo edificado.

Foi através desse novo momento de atuação do Programa Monumenta, que as edificações com relevância histórica, social e econômica de Cachoeira começaram a ser objeto de projetos de restauro, de intervenção e de adequação aos novos usos, no qual o projeto de recuperação aqui analisado foi então contemplado.

3.3 Análise técnica de acessibilidade

A Fundação Hansen Bahia, enquanto espaço de exposição, não dispõe de infra-estrutura para facilitar o acesso de todos. No entanto, existe alguns condicionantes a serem analisados de acordo com às necessidades de cada

³³ Fonte: Monumenta EPROM (Arquivos da Fundação Hansen Bahia)

³⁴ Por recuperação sustentável entende-se a execução de obras de conservação e restauro, e a adoção de medidas econômicas, institucionais e educativas, para ampliar o retorno econômico e social dos investimentos do Programa, aplicando-os em sua conservação permanentes.

usuário. Essas recomendações constituirão a base sobre a qual se assentará um plano ou uma estratégia de ação, visando à melhoria do acesso a todas as pessoas.

Por se tratar de um prédio recentemente restaurado, e de uso público, deve obedecer todas as normas de acessibilidade estabelecidas por Lei. Para se chegar a uma sociedade inclusiva e atingir a acessibilidade plena, é imprescindível adotar o conceito de desenho universal, que é utilizado com a finalidade de remover as barreiras contidas nos projetos que venham a ser executados sem a devida acessibilidade. Um conceito que pode contemplar, de forma mais abrangente, a inserção da diversidade humana por meio de recursos espaciais, gráficos e de comunicação, visando respeitar as diferenças entre as pessoas e garantir igualmente a acessibilidade de todos.

Para a avaliação das condições de acessibilidade, foi feita uma análise que buscou verificar as intervenções necessárias, a fim de garantir à acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, desde a entrada da área interna do edifício, segundo os parâmetros antropométricos³⁵.

Além de análise da edificação, foi efetuado um estudo através de pesquisa bibliográfica sobre as diversas deficiências, suas implicações e limitações. Juntamente com um levantamento fotográfico, buscou-se revelar a situação atual e os fatores responsáveis pela inacessibilidade, especificadas. Por fim, identificou-se também as intervenções a serem efetuadas para garantir a acessibilidade do equipamento cultural em questão.

Para a avaliação técnica, foram utilizados os parâmetros das normas técnicas específicas de acessibilidade da ABNT, como a NBR 9050:2004 e a NBR nº 13.994:2000³⁶, a legislação específica vigente, bem como a Instrução Normativa nº1 de 25 de novembro de 2003.

3.4 Principais barreiras e obstáculos de acessibilidade

Hoje, sabe-se que numerosos obstáculos impedem o acesso ao nosso patrimônio cultural imóvel, seja através de barreiras de natureza física, arquitetônica, tecnológica, social e comunicacional, que dificultam a plena fruição de todos os

³⁵ Antropometria: parte da antropologia que trata da mensuração do corpo humano ou de suas partes; registro das particularidades físicas dos indivíduos. (ver Houaiss da língua portuguesa, 2001)

³⁶ Associação Brasileira de Normas Técnicas, Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência (Rio de Janeiro: ABNT, 2000).

cidadãos de forma autônoma e segura. Portanto, torna-se imprescindível a eliminação de todas essas barreiras, estabelecida pela Instrução Normativa, a fim de proporcionar a acessibilidade aos bens culturais imóveis, acautelados em nível federal e de outras instâncias e categorias, conforme especifica a toda a sociedade em geral e, em especial, as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. É fundamental nos dias de hoje se criar espaços onde todas as pessoas sintam-se incluídas, que permitam a adaptação de qualquer indivíduo, até mesmo aqueles que apresentam perdas funcionais – espaços acessíveis que atendam os princípios do desenho universal.

Estabelecidas pela Lei nº 10.098/00, a NBR 9050 da ABNT e a Instrução Normativa são consideradas soluções para a eliminação, a redução ou mesmo a superação de barreiras, visando à promoção de acessibilidade aos bens culturais. Tais medidas devem, portanto, assegurar as condições de acesso que, por sua vez, estão inerentes à preservação do bem cultural em questão.

No final de 2004 foi publicado o Decreto 5.296/04, regulamentando a Lei 10.098/00 e a Lei 10.048/00, que dá prazos para que os espaços, os edifícios e os diferentes tipos de transportes sejam acessíveis, entre outras disposições. Ressalta-se, neste documento, que a acessibilidade não é só permitir que as pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas que é também um processo de transformação do atendimento, das mudanças de atitudes e comportamento, e da organização das atividades humanas.

Um museu deve ser um local onde todos os visitantes se sintam bem-vindos. Um ambiente acolhedor é criado pela arquitetura, pela iluminação, pela sinalização, pela acessibilidade do acervo e, não menos importante, pela atitude dos funcionários que acolhem os visitantes. Nesse sentido, para a criação do plano de acessibilidade foram considerados os seguintes elementos:

- acesso ao prédio a partir da calçada;
- circulação na parte interna;
- acesso ao pavimento superior;
- acesso e utilização dos sanitários;
- instalação de circulação vertical;
- sistema de comunicação e sinalização;
- projeto adequado de iluminação.

A seguir, foi desenvolvida uma análise das barreiras identificadas, de forma a cobrir as deficiências físicas, auditivas visuais e mentais, bem como das situações pretendidas para a adequação dos espaços.

3.4.1 Barreiras de locomoção

As pessoas que sofrem de mobilidade reduzida deparam-se muitas vezes com barreiras arquitetônicas quase impossíveis de transpor, ainda que estas sejam as mais fáceis de serem identificadas.

Os obstáculos físicos surgem porque o espaço foi idealizado e desenhado de uma forma padronizada. Mas a realidade humana é muito mais variada. As pessoas têm estaturas e capacidades distintas, bem como diversos graus de mobilidade física. Para, além disso, os obstáculos afetam todas as pessoas num ou noutro momento da vida. Logo, é possível promover a inclusão social nesses espaços, adotando mecanismo que facilite o acesso a todos os indivíduos.

Na Lei Federal 10.098/00, está expresso que todo edifício público ou privado, destinado a uso coletivo, deverão ser executados de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Assim sendo, um ambiente com acessibilidade atende, diferentemente, a uma ampla variedade de necessidades dos usuários, tornando possível uma maior autonomia e independência de todos, sem distinção.

3.4.2 Entrada do edifício

O acesso ao prédio é limitado, só pode ser feito pelo passeio, independentemente se a pessoa estiver a pé ou de carro. Devido à localização do edifício, este não conta com um estacionamento próprio. E apesar de existir a possibilidade dos carros poderem parar no entorno ou próximo ao prédio, o tráfego de veículos da rua do referido imóvel dificulta a mobilidade dos visitantes.



Acesso principal ao prédio

O passeio não apresenta declividade transversal superior permitida por norma (3%), ou seja, possui um desnível elevado, que dificulta o acesso de forma autônoma à diversidade de pessoas, apenas a soleira encontra-se no nível adequado. O passeio, por sua vez, também não possui o tamanho apropriado para a circulação de cadeiras de rodas, permitido por norma.

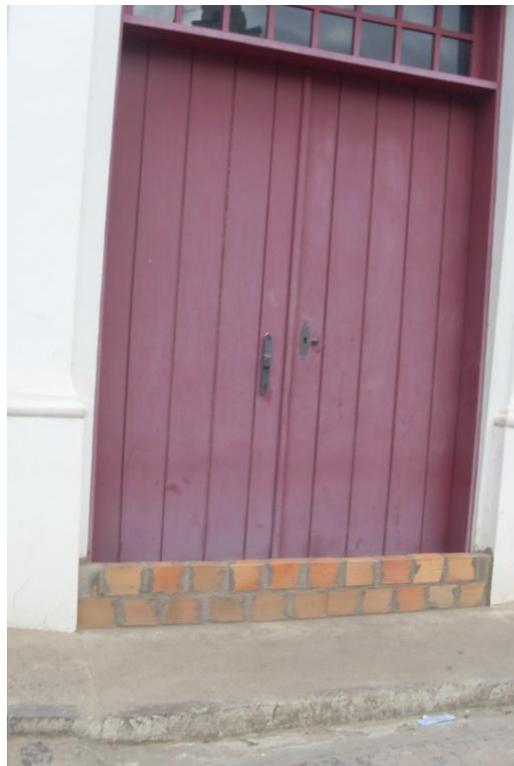
Para tornar a entrada acessível à edificação, o passeio deve estar completamente livre de obstáculos, sendo necessária a instalação de uma plataforma de plano inclinado, com acesso ao nível da rua, de modo que, este, lhe proporcione uma inclinação suave. Deve-se produzir também uma faixa de circulação, com o piso tátil, para garantir que as pessoas com deficiência visual tenham uma rota acessível desde a entrada. O passeio também deve ter uma largura mínima de 1,20 m, embora se recomende 1,50 m para, com esta medida, poder facilitar o trânsito das cadeiras de rodas, conforme estabelecido para os locais de uso público.

3.4.3 Acesso ao prédio: pavimento térreo

O acesso ao pavimento térreo apresenta superfície plana, livres de degraus e desníveis acentuados que dificulte a locomoção de uma pessoa com algum tipo de dispositivo de alto ajuda, ou cadeira de rodas. No entanto, a porta principal não dispõe de puxadores.



Parte interna do pavimento térreo



Porta sem puxadores

Para possibilitar uma rota acessível desde a entrada, recomenda-se a instalação de um puxador (devendo ser em forma de alavanca e não maçaneta) instalado a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m, de modo que possibilite a pessoa portadora de necessidades especiais, abrir com um único movimento.

3.4.4 Acesso ao pavimento superior

O acesso ao pavimento superior é feito por grandes lances de escadas, possuindo corrimão em ambos os lados, largura mínima de 1,50 m, indicado para rotas acessíveis, mas não dispõe de sinalização adequada e um piso apropriado. Uma das escadas existentes possui largura superior de 2,40 m, e não apresenta instalação de corrimão intermediário. Sem os recursos de rampas ou de elevadores, a passagem do piso de entrada para o pavimento superior torna-se praticamente impossível, para aqueles que se deslocam com cadeira de rodas.



Escada lateral para o acesso ao pavimento superior



Escada frontal para o acesso ao pavimento superior



Escada de serviço para o acesso ao pavimento superior



Pavimento superior

Diante do desnível existente, observa-se a necessidade de se implantar um dispositivo mecânico para o transporte vertical, como um elevador, de modo que garanta o acesso a todos os pavimentos. Sendo importante, neste caso, localizar este recurso em rotas acessíveis de forma que permita a manobra e a entrada de uma pessoa com cadeira de rodas, e que deve ter as seguintes medidas: o espaço da porta de entrada não deve ser inferior a 0,80 m; a cabine deverá possuir dimensões mínimas de 1,10 m x 1,40 m; os botões de chamada devem ter sinalização tátil e em relevo, do lado esquerdo do botão correspondente e no interior da cabine; devem ser colocadas também barras de apoio a uma altura de 0,90 m do piso, conforme previsto na NBR 13.994/00.

Todos esses dispositivos devem atender à diversidade de deficiências, de tal modo que não ocasione dificuldades para as pessoas não portadoras de deficiência. As escadas, por sua vez, também devem possuir o primeiro e o último degraus bem sinalizados e com materiais contrastantes.

A implantação de uma rampa pode ser uma alternativa adequada para eliminação de degraus, que trás vantagens não só para os visitantes, mas também para os funcionários que transportam objetos e equipamentos pelo interior do museu. Este deve possuir inclinação entre 6,25% e 8,33%; com largura mínima de

1,50 m, devendo em ambos os lados possuir duplo corrimão, um na altura de 0,70 m e o outro 0,92 m, respectivamente, da superfície do piso. Os corrimãos devem prolongar-se pelo menos 30 cm antes do início e após o término, em formato preferencialmente circular, e possuir também sinalização no piso.

3.4.5 Conjunto de sanitários

O acesso aos dois sanitários no pavimento térreo, ao lado da escada, é feito por um corredor com largura inadequada. Porém, as disposições das peças estão adequadas segundo os padrões da NBR 9050, incluindo a barra de apoio, e possui espaço exigido para área de transferência lateral, perpendicular e diagonal. A bancada de lavatórios não dispõe de barras de apoio em suas laterais, o que impede que a pessoa com cadeiras de rodas se aproxime, utilize e manipule com autonomia e segurança o mobiliário.



Corredor para o acesso aos sanitários



Sanitário acessível



Lavatórios embutidos em bancadas

Para possibilitar o uso dos sanitários de forma acessível, o corredor deveria ter largura mínima de 1,50 m, sendo o espaço necessário para a manobra de uma cadeira de rodas. No caso dos lavatórios que estão embutidos em bancada, devem ser instaladas barras de apoio fixadas nas paredes laterais aos lavatórios das

extremidades. As torneiras devem ser acionadas por alavanca, sensor elétrico ou dispositivo equivalente.

3.4.6 Barreiras auditivas

Ser portador de dificuldades auditivas, ligeiras ou profundas não pressupõe a existência de problemas de mobilidade, salvo possíveis exceções, na análise presente constam somente as barreiras que podem surgir em nível de aquisição e interpretação de informação.

A incapacidade de ouvir implica que, como regra geral, o visitante precise de uma visita mais longa para conhecer o acervo, bem como mais tempo para captar informações na língua gestual, e até labial, onde em alguns casos essas pessoas podem ler. Para que uma pessoa com deficiência auditiva realize uma visita a instituição, é necessário um intérprete de Língua Gestual. Outra solução seria a criação de um vídeo com um intérprete de Libras, relatando sobre a exposição e sendo exibido em uma TV no próprio ambiente expositivo. Este recurso possibilita ainda que todos os visitantes, que se interessem, também possam assistir ao vídeo.

3.4.7 Barreiras visuais

No caso das dificuldades visuais, ligeiras e profundas tem de se ter a atenção as barreiras físicas que possam apresentar perigo. No que concerne à dificuldade de aquisição e de interpretação de informação, implica que esta seja realizada através de conteúdos próprios.

O espaço não possibilita a adoção de acessibilidade a essa parcela de público, com a falta de sinalização tátil no piso, o que dificulta o circuito acessível. Outro recurso importante, que também deve ser previsto para este espaço, é o equipamento adequado de áudio-guia ou mesmo de legendas em Braile, o qual pode ser utilizado para visualizar a coleção e ler o conteúdo da exposição.

Para possibilitar a utilização de todo o espaço com autonomia, por esse tipo de público específico, seria recomendado a colocação do piso tátil nas áreas de circulação, nas escadas, de modo a facilitar um circuito expositivo acessível. Outra medida interessante seria a de criar um sistema de áudio-guia, para que o visitante aprecie a exposição de forma individual. A adoção do sistema Braile também é

essencial, sendo utilizado especificamente para a leitura. Para auxiliar o deficiente visual em sua visita ao equipamento aqui analisado, sem acompanhante, seria fundamental criar um plano de recepção e de orientação adequado.

Outra forma de proporcionar que esse público tenha acesso à exposição seria a utilização de um mecanismo que, hoje, já é adotado pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, em disponibilizar as obras de arte em alto-relevo, o que possibilita maior apreciação e interação do mesmo.

3.4.8 Outros tipos de barreiras

Nesta categoria, podem ser incluídos os cidadãos com deficiência mental, e todos os outros que apresentem dificuldades em nível de apreensão congênita. Para atender a essa parcela de público deve-se ter um conteúdo com linguagem acessível e facilidade de orientação seqüencial das coleções.

3.4.9 Comunicação e sinalização

A instituição não conta com nenhum tipo de sinalização ou comunicação adequada. Sobre este aspecto, é recomendável a providência de um sistema de sinalização que facilite a informação sobre os serviços de forma direcional, indicando o percurso dos diferentes elementos. Todo espaço da instituição deve estar identificado com orientações simples e claras que possibilite um deslocamento com autonomia por todos. Assim, os sistemas de sinalização devem ser concebidos de forma a atender às necessidades dos usuários com deficiência visual, auditiva, com baixa visão, deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Na entrada do local deve ser previsto um mapa tátil, para que as pessoas com deficiência visual possam ter uma noção geral do espaço. A sinalização na forma visual deve ser associada a setas indicativas de direção, como por exemplo, nos locais de saída e de entrada. Já para os textos, figuras ou símbolos, estes devem estar associados com caracteres em braile ou em relevo. Textos em Braille devem ter uma apresentação simples, sem recurso ao itálico ou negrito para salientar a informação. Um percurso com contraste tátil e cromático no chão pode, por sua vez, servir de linha guia para as pessoas com necessidades visuais.

De acordo com a Norma da ABNT 9050:2004, as informações visuais devem seguir premissas de texturas, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. Outro fator importante, que deve ser atendido sempre que possível, é a viabilização de informações sob a forma sonora, orientando as pessoas com deficiência visual.

As instalações sanitárias devem ter o Símbolo Internacional de Acesso, que é obrigatório pela Lei 7.405, desde 1985, em todos os locais e serviços que podem ser utilizados por pessoas com deficiência, além de outras providências. Apresentados pela legislação vigente de forma distinta, os sanitários destinados a homens e mulheres devem apresentar ainda uma sinalização bastante apropriada, que informe sobre o tipo de acessibilidade se encontra presente e disponível no museu.

Atender todas essas premissas básicas de informação e comunicação significa não apenas possibilitar a autonomia para as pessoas que detêm alguma característica física distinta, especial ou reduzida, como também promover a acessibilidade para todos os cidadãos.

3.4.10 Iluminação

Primeiramente, faz-se necessário observar que toda a iluminação do prédio aqui analisado está imprópria para o tipo de serviço que irá oferecer. De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa, este equipamento ainda não possui nenhum projeto de iluminação adequado ao ambiente.



Instalações internas do prédio

Portanto, a iluminação é considerada um fator importante que dará legibilidade à informação visual, assim, deve eliminar sombras fortes que podem ser confundidas com obstáculos. A incidência de focos de luz sobre superfícies brilhantes pode produzir um efeito de encadeamento, sugerir um chão aparentemente molhado ou em movimento. As escadas e os cantos das salas devem ser bem iluminados. É preciso evitar que a luz encadeie o visitante ou crie sombras que se projetem sobre as peças ou painéis.

Durante uma visita guiada deve parar-se sempre em locais onde o rosto do guia esteja bem iluminado, para permitir a leitura labial. O local determinado para posicionamento do intérprete de Libras deve ser identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez), visando orientar os expectadores. Deve ser garantido também um foco de luz posicionado de forma a iluminar o intérprete de sinais, desde a cabeça até os joelhos. E este foco não deve projetar sombra no plano atrás do intérprete de sinais. Na entrada, também deve ter uma iluminação que não atrapalhe a visão da sinalização.

Deste modo, para que todas as pessoas possam exercer o direito de ir e vir, concedida pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU, os espaços construídos e os já existentes precisam estar acessíveis a todos. Esta análise técnica desenvolvida sobre o prédio, juntamente com as sugestões de medidas e recursos para tornar o espaço mais acessível, pode ser de grande importância para a completa adequação e funcionamento do mesmo. Ressalta-se ainda que tais recomendações podem ser mais aprofundadas e amadurecidas, no sentido de trazer benefícios que vão proporcionar a nova sede da Instituição intervenções atualizadas e baseadas nas normas técnicas e na legislação vigente.

Considerações Finais

Para se adotar o conceito de acessibilidade é necessário compreender, primeiramente, a diversidade humana, devendo-se respeitar suas limitações independentes de quais sejam – física, motora, auditiva, visual ou de mobilidade. Desta forma, o conceito de desenho universal tem de ter, obrigatoriamente, em consideração a diversidade populacional e a necessidade de autonomia e independência de cada pessoa. Todos devem aceder à cultura, aos espaços, aos edifícios, às comunicações e aos serviços.

A falta de acessibilidade é um desafio cotidiano, o obstáculo encontrado pelo portador de deficiência pode gerar uma série de constrangimentos para aqueles que fogem do “padrão normal”. Considerando o processo histórico vivenciado pelas pessoas com deficiência, percebe-se que estes foram sujeitos às várias experiências adotadas como modelo pela sociedade.

Entretanto, evidências demonstram que há ainda um descompasso enorme entre os novos conceitos de inclusão e de acessibilidade nos edifícios públicos, estabelecido por legislação federal brasileira, e a sua incorporação na prática pelos profissionais que projetam tais espaços. Há uma grande distância entre o avanço da legislação e a realidade concreta dos edifícios de uso público. Tudo indica, portanto, que os resultados obtidos através dessa pesquisa demonstram que o cumprimento das normas, referentes à garantia de acessibilidade universal aos espaços de uso público, conforme prevê a ABNT NBR 9050:2004, ainda não está sendo implantado em sua plenitude.

No caso estudado, o projeto de restauração foi pensado para ser acessível, com a instalação de uma rampa, um elevador e banheiros acessíveis, mas este não foi executado totalmente por contenção de verbas. Entretanto, a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida e a adequação completa do espaço físico melhorariam, sensivelmente, as condições de acessibilidade no prédio. Tornam-se necessárias, pois, as seguintes intervenções: o planejamento de rotas acessíveis; a previsão de equipamentos adequados a Norma Técnica da ABNT; a construção de rampas adaptadas ao desenvolvimento dos percursos necessários; a implantação de um elevador, com dispositivo sonoro para atender os deficientes visuais; a instalação de pisos táteis; e por fim, o emprego de

sistemas de comunicação e sinalização que favoreçam a orientação de pessoas, principalmente aquelas com restrições físicas.

Por outro lado, torna-se essencial também a capacitação dos profissionais que projetam os espaços na escala arquitetônica, no sentido de conhecer, informar e de atender a esta legislação. Os museus e espaços culturais podem se constituir em locais de interação de pessoas em sua diversidade de condições. Para que no futuro se possa reconhecer a acessibilidade nesses espaços físicos, deve-se planejar e construir levando-se em consideração as limitações, capacidades e necessidades que os indivíduos apresentam, proporcionando assim espaços acessíveis para todos e, última análise, propiciando um ambiente fértil para o surgimento de novas formas de sociabilidade e urbanidade.

Glossário

Acessibilidade: possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT NBR 9050:2004)

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Decreto nº 5.296\04, Art. 8º, Inciso I)

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (ABNT NBR 9050:2004)

Área de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança. (ABNT NBR 9050:2004)

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se. (ABNT NBR 9050:2004)

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. (Decreto nº 5.296\04, Art.8º, inciso II)

Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT NBR 9050:2004)

Desenho universal: Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. (ABNT NBR 9050:2004)

Espaço acessível: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (ABNT NBR 9050:2004)

Passeio: Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último, caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro. (ABNT NBR 9050:2004)

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. (ABNT NBR 9050:2004)

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (Decreto nº 5.296\04, Art.5, inciso II)

Pessoa portadora de deficiência: A que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade. (Decreto nº 5.296\04, Art.5, inciso I)

Piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ABNT NBR 9050:2004)

Rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.(ABNT NBR 9050:2004)

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. (ABNT NBR 9050:2004)

Uso público: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada. (ABNT NBR 9050:2004).

Visitável: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível. (ABNT NBR 9050:2004)

Referências Bibliográficas

Livros

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

MOUTINHO, Mario. **Sobre o Conceito de Museologia Social**. Lisboa: Universidade Lusófona De Humanidades e Tecnologias, (Cadernos de Sociomuseologia n.1), p.5, 1993.

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS ARCHIVES AND LIBRARIES. **Acessibilidade – Série Museologia nº 8**. Tradução: Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP\ VITAE, 2005.

SANTOS, Sonia Maria Almeida. **Acessibilidade em Museus**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade da Universidade do Porto, Portugal, p.17, 2009.

SARRAF, Viviane Panelli. **A inclusão dos deficientes visuais nos museus**. Artigo publicado na 2ª Edição da Revista MUSAS do IPHAN- MINC, 2006. Disponível em:< www.rinam.com.br/.../REFERERENCIAS_Ainclusaodosdeficientesvisuaisnosmuseus.doc>. Acessado em: 20 abr. 2010.

Manuais ou revistas especializadas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL ACESSÍVEL: **Caderno 1: Atendimento adequado as pessoas com deficiência e restrição de mobilidade**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

_____: **Caderno 2: Construindo a cidade acessível**. Brasília, 2006. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

_____ : **Caderno 3: Implementação do Decreto nº 5.296/04**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **”Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão”**, em Revista Nacional de Reabilitação, 30/09/10. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=12916>>. Acessado em 13 abr. 2010.

Sites consultados

BRASIL. **Lei nº 7.405**, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providencia. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1980-1988/L7405.htm>>. Acessado em 05 out. 2010.

_____. **Lei Federal nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio das pessoas portadoras de defici9ncia, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acessado em: 22 abr. 2010.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e da outras providencias. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acessado em: 22 abr. 2010.

_____. **Lei Federal nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acessado em: 05 out. 2009.

_____. **Lei Federal nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acessado em: 05 out. 2009.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Lei nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.leidireto.com.br/lei-10048.html> >. Acessado em: 05 out. 2009.

Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Disponível em: < <http://www.icom.org.br> >. Acessado em: 19 abr. 2010..

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: < <http://www.larhbhi.ufsc.br/arquivos/Declara..o.dos.Direitos.Humanos1948.ONU> >. Acessado em: 20 abr. 2010.

ENCONTRO REGIONAL DE ACESSIBILIDADE EM MUSEUS - Fórum Permanente. Disponível em: < http://www.forumpermanente.org/portal/.event_pres/encontros/encontro-regional-de-acessibilidade-em-museus >. Acessado em: 25 mar. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apresenta notícias referentes à população brasileira e informações sobre o Censo 2000. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acessado em: 02 out. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa nº 1** de 25 de novembro de 2003. Dispõem sobre acessibilidade aos bens culturais em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Disponível em: < <http://www.crea-rs.org.br/crea/downloads/acessibilidade/IN01.pdf> >. Acessado em: 22 abr. 2010.

Museus Brasileiros com oferta de Acessibilidade: Disponível em: < http://vivianwmissaglia.blogspot.com/2009_02_01_archive.html >. Acessado em: 06 mai. 2010.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: < <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual2> >. Acessado em: 20 abr. 2010..

ANEXOS